

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 12 de maio de 2026 • Nº 2295 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

Menos de um quarto dos CEOs recomendaria o próprio RH

PÁGINA 5

OCDE

Brasil cobra a inclusão de pobres no orçamento

O Brasil defendeu, ontem, durante conferência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, que a inclusão da população mais pobre no orçamento público é uma condição essencial para o desenvolvimento, uma vez que, quando as condições de vida melhoram, a economia também se fortalece. “Não há separação entre esses dois fatores”, disse o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, durante o painel de abertura do evento, após afirmar que investimento social voltado aos mais pobres é algo que reflete positivamente também no desenvolvimento econômico de um país. **PÁGINA 2**

DOENÇA

MG confirma 1ª morte por hantavírus em 2026

A Secretaria de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) confirmou a primeira morte por hantavírus no estado este ano. O caso, notificado em fevereiro e confirmado pela Fundação Ezequiel Dias, não tem relação com o surto da doença registrado em um navio de cruzeiro que navegava no Oceano Atlântico. Em nota, a pasta informou que o paciente, um homem de 46 anos, era residente de Carmo do Paranaíba, no Alto Paranaíba, e apresentava histórico de contato com roedores silvestres em área de lavoura. A secretaria reforçou que a cepa de hantavírus identificada no Brasil não é transmitida de pessoa para pessoa. “Trata-se de um caso isolado, sem relação com outros registros da doença”. **PÁGINA 7**

TESTE DE POLUIÇÃO

VW terá de pagar R\$ 15 milhões de multa

A Volkswagen do Brasil foi condenada a pagar R\$ 15 milhões por danos morais coletivos após fraudar testes de emissão de poluentes em veículos a diesel produzidos no País entre 2011 e 2012. Em mais de 17 mil unidades da picape Volkswagen Amarok fabricadas no período, a montadora instalou um software capaz de enganar os testes ambientais e liberar a venda de veículos que poluíam acima do permitido no País, segundo a sentença. A decisão é da 12ª Vara Cível Fe-

deral de São Paulo e atende parcialmente a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF). Na defesa apresentada no processo, a Volkswagen negou a existência de dano ambiental efetivo. Procurada pela reportagem, a montadora informou que “não comenta processos em andamento”. O caso faz parte do escândalo internacional conhecido como ‘Dieselgate’, que revelou o uso de programas semelhantes pela Volkswagen em vários países. **PÁGINA 2**

DECISÃO POLÊMICA

Nunes Marques relatará ação de Bolsonaro para anular pena

MARCELO CAMARGO ABRASIL/ABRASIL



O ministro Nunes Marques (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), foi escolhido ontem para relatar o pedido de revisão criminal no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro pretende anular a condenação a 27 anos e três meses de prisão no processo da trama golpista. O sorteio foi feito de forma eletrônica. Conforme determina o regimento interno do Supremo, a revisão criminal foi enviada para a Segunda Turma da Corte. Além de Nunes Marques, o colegiado é composto por André Mendonça, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luiz Fux. No ano passado, Bolsonaro foi condenado pela Primeira Turma, formada pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. A data do julgamento ainda não foi definida. De acordo com os advogados, a condenação do ex-presidente deve ser revista porque houve “erro judiciário”. No recurso, a defesa contestou a tramitação do processo que condenou Bolsonaro. Para os advogados, por estar na condição de ex-presidente, Bolsonaro deveria ter sido julgado pelo plenário da Corte, e não pela Primeira Turma. **PÁGINA 6**

STF

LULA MARQUES/ABRASIL



PGR pede ao Supremo a condenação de Eduardo por ‘coação’

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal a condenação do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (foto) pelo crime de coação no curso do processo. O pedido faz parte das alegações finais enviadas ao Supremo pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. Em novembro de 2025, o STF aceitou denúncia da PGR no inquérito que apurou a atuação do ex-parlamentar junto ao governo dos EUA para promover o tarifação contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte. Nas alegações, Gonet disse que Eduardo apresentou condutas criminosas ao realizar postagens nas redes sociais e conceder entrevistas à imprensa com objetivo de ameaçar ministros da Corte. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA 0,62% / 186.753,82 / 1.153,70 / Volume: 26.268.911.326 / Negócios: 3.568.286						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	0,52% (mar.)	EURO turismo						
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas			Fechamento		Ufir-RJ	IPCA	Compra: 5,8121 Venda: 5,9921					
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	Taxa Selic	(18/03)	CDI	(18/03)	DÓLAR Ptax - BC				
ABEV3	16,65	+15,30	+2,21	OIBR3	0,13	+18,18	+0,02	SEQL3F	0,120	-14,29	-0,020	S&P 500	7,259,22	+0,81				
CPL3	15,90	+0,19	+0,03	AZEV4F	0,14	+16,67	+0,02	FSP11F	0,28	-9,68	-0,03	US Tech 100	27,416,8	+1,86				
COGN3	2,73	0,00	0,00	RVEE3	1,100	+15,79	+0,150	WVAM09F	3,060	-8,66	-0,290	Euronext 100	1,801,85	+1,53				
CVCB3	2,44	+2,52	+0,06	ABEV3	16,65	+15,30	+2,21	SEQL3	0,120	-7,69	-0,010	CAC 40	8,062,31	+1,08				
ITUB4	42,46	+0,14	+0,06	ABEV3F	16,67	+15,28	+2,21	RCSL3	0,40	-6,98	-0,03	FTSE 100	10,219,11	-1,40				
										TR	(06/05)	0,1641%	OURO	BM&F/grama/RJ	R\$ 724,15	Compra: 4,9115	Venda: 4,9121	
										Poupança	(06/05)	0,6649%	EURO Comercial	Compra: 5,7442	Venda: 5,7448	DÓLAR turismo	Compra: 4,9317	Venda: 5,1117

MERCADOS



Na contramão de NY, Bovespa retorna a nível de 27 de março

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Abaixo dos 182 mil pontos nas mínimas da sessão, e na contramão de novas máximas no S&P 500 e no Nasdaq, referências de Nova York, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou ao campo negativo nesta abertura de semana, encerrando o dia no menor nível desde 27 de março. Ao fim, o Índice Bovespa (Ibovespa) marcava 181.908,87 pontos, em baixa de 1,19%, entre piso de 181.614,83 e teto de 184.530,15 pontos, saindo de abertura aos 184.102,86. O giro financeiro foi de R\$ 29,2 bilhões.

O petróleo fechou em alta ontem, à medida que os traders avaliam os entraves nas negociações para encerrar o conflito no Oriente Médio. O presidente dos EUA, Donald Trump, disse que o cessar-fogo com o Irã está por um fio, após rejeitar a contraproposta de Teerã para encerrar a guerra, no fim de semana, a qual Trump considerou como "totalmente inaceitável".

O WTI para junho, negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), fechou em alta de 2,78% (US\$ 2,65), a US\$ 98,07 o barril, enquanto o Brent para julho, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), subiu 2,88% (US\$ 2,92), a US\$ 104,21 o barril.

No fechamento, Dow Jones +0,19%, S&P 500 também +0,19% e Nasdaq +0,1%, em novos recordes de encerra-

mento tanto para o S&P 500 como para o Nasdaq.

Na B3, o forte desempenho dos carros-chefes das commodities, Petrobras (ON +1,40%, PN +1,66%) e Vale (ON +2,41%), não foi o suficiente para compensar a correção acentuada no setor financeiro, o segmento de maior peso no Ibovespa. No fechamento, Itaú PN -2,25%, BTG Unit -2,88%, Santander Unit -2,52%, Bradesco ON -2,29% e PN -2,69%. Na ponta perdedora do Ibovespa, C&A -7,69%, Cogna -6,38% e Rede D'Or -6,11%. No lado oposto, além de Vale, apareceram Minerva (+4,88%) e Braskem (+2,34%).

No ano, Vale sobe 15,97%, enquanto Petrobras ON avança 57,6% e a PN, 52,38%, comparados a 12,9% para o Ibovespa.

DÓLAR

Após passar a tarde rondando a estabilidade, o dólar encerrou a sessão de ontem, cotado a R\$ 4,8914 (-0,05%). Com a ausência de progresso nas negociações de paz entre Estados Unidos e Irã, houve certa aversão ao risco no exterior, o que afastou investidores de divisas emergentes. O real resistiu bem à maré externa negativa, amparado em parte pelo avanço dos preços do petróleo e pela taxa de juros local elevada. O dólar rompeu o piso de R\$ 4,90 na última sexta-feira, algo não visto desde meados de janeiro de 2024, e já acumula baixa de mais de 10% no ano.

PROGRAMA

Desenrola 2.0 renegocia quase R\$ 1 bilhão em dívidas, diz Durigan

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O programa Desenrola 2.0, lançado pelo governo federal para renegociação de dívidas bancárias, está perto de atingir R\$ 1 bilhão em débitos renegociados, disse ontem o ministro da Fazenda, Dario Durigan.

De acordo com o ministro, cerca de 200 mil pedidos de renegociação foram enviados aos bancos participantes do programa. Desses total, aproximadamente 100 mil operações estão praticamente concluídas.

O programa é voltado para pessoas com renda mensal de até cinco salários mínimos, o equivalente hoje a R\$ 8.105.

Durigan informou que o governo também prepara a ampliação do programa para estudantes inadimplentes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo o ministro, a modalidade deve estar "totalmente operativa" ainda nesta semana.

PRÊMIO

O ministro também afirmou que o governo prepara uma versão do programa voltada para consumidores que mantiveram suas contas em dia.

Segundo Durigan, a ideia é criar uma espécie de estímulo ou "prêmio" para os adimplentes, mas a medida será anunciada em um segundo momento.

De acordo com ele, neste primeiro momento o foco está nos consumidores inadimplentes, que enfrentam maiores dificuldades financeiras.

COMO FUNCIONA

O Desenrola 2.0 permite que consumidores renegociem dívidas atrasadas com bancos em condições mais favoráveis.

Podem entrar no programa dívidas:

- Contratadas até 31 de janeiro de 2026;
- Atrasadas entre 90 dias e dois anos;
- Ligadas a cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal.

A proposta do governo é que os bancos concedam um novo empréstimo para quitar a dívida antiga, com desconto e juros menores.

CONDIÇÕES

As renegociações podem incluir:

- Descontos entre 30% e 90%
- Juros máximos de 1,99% ao mês
- Prazo de até 48 meses para pagamento
- Primeira parcela em até 35 dias
- Limite de R\$ 15 mil renegociados por pessoa em cada banco
- Desconto varia conforme o tipo da dívida e o tempo de atraso.

OCDE

Brasil defende inclusão dos pobres no orçamento público

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O Brasil defendeu, ontem, durante conferência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, que a inclusão da população mais pobre no orçamento público é uma condição essencial para o desenvolvimento, uma vez que, quando as condições de vida melhoram, a economia também se fortalece.

"Não há separação entre esses dois fatores", disse o ministro do Desenvolvimento e As-

sistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, durante o painel de abertura do evento, após afirmar que investimento social voltado aos mais pobres é algo que reflete positivamente também no desenvolvimento econômico de um país.

Segundo Dias, o combate à fome e à pobreza precisa deixar de ser tratado como uma ação isolada e passar a integrar o núcleo das decisões econômicas. Na avaliação do ministro, esse enfrentamento deve estar no centro das estratégias globais, não apenas por razões sociais,

mas também pelos impactos na estabilidade e no desenvolvimento dos países.

RENDA

"Tirar as pessoas da fome é apenas o começo. É preciso reforçar com outras políticas que ajudem as pessoas a superarem a miséria e a pobreza", argumentou ao lembrar que o Brasil adotou como diretriz a inclusão dos mais pobres no orçamento público, o que, segundo ele, permitiu ampliar os acessos a renda, emprego e serviços essenciais.

A estratégia, afirmou, contri-

bui não apenas para reduzir a pobreza, mas também para dinamizar a economia. Nesse sentido, o governo brasileiro defende que políticas de combate à fome sejam acompanhadas por ações estruturantes, capazes de promover geração de renda e inclusão produtiva.

"A transformação ocorre quando proteção social, segurança alimentar, crédito, educação e geração de renda são articulados de forma integrada — e quando resiliência climática, resposta à crise e proteção social avançam juntas por sistemas nacionais", argumentou.

AVIAÇÃO

Embraer firma parceria com metalúrgica indiana Bharat Forge

GUILHERME JERÔNIMO/ABRASIL

A Embraer anunciou ontem parceria com a metalúrgica indiana Bharat Forge Limited (BFL), que passa a integrar seus fornecedores globais de materiais brutos forjados.

Componentes forjados de aviação são peças fabricadas através do processo de forjamento — moldagem de metal sob altíssima pressão e temperatura.

A parceria amplia os laços da Embraer na Ásia, região responsável por boa parte das parcerias recentes da companhia, como as vendas de aeronaves para empresas do Japão e dos Emirados Árabes neste ano, e onde já comercializa com 20 países.

A Embraer participou também, no começo do ano, da feira de Singapura, importante porta de entrada nos mercados da região e tem na Índia um de seus mercados de maior interesse.

Em comunicado à imprensa, a BFL informou que fornecerá materiais brutos forjados para componentes de sistemas de aterrisagem de aviões comerciais e militares da Embraer, juntamente os contratados, respectivamente, por japoneses e emiratis.

Os indianos comemoraram o acordo como uma oportunidade de se posicionar na cadeia global de componentes críticos na indústria aeroespacial.

"É um momento de orgulho e

um testemunho das capacidades que desenvolvemos no setor aeroespacial. Esses contratos nos permitirão criar escala para componentes estruturais críticos, complementando a escala já construída no segmento de componentes de motores aeronáuticos", disse o vice-presidente da BFL, Amit B. Kalyani, em nota.

Segundo a Embraer o acordo é o primeiro contrato de fornecimento desse tipo de material com um fornecedor indiano, o que representa um marco no fortalecimento da parceria entre as duas empresas e um momento importante em sua estratégia de diversificação da base de fornecedores.

"Este contrato reforça nossos

planos de criar uma cadeia de suprimentos mais resiliente e competitiva, além de nosso compromisso com o desenvolvimento da indústria aeroespacial indiana", afirmou Roberto Chaves, vice-presidente executivo de suprimentos globais e cadeia de produção da Embraer.

ARRECADAÇÃO RECORDE

A Embraer registrou arrecadação recorde de US\$ 1,4 bilhão (R\$ 6,9 bilhões) no primeiro trimestre de 2026, um crescimento de 31% em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo balanço divulgado na sexta-feira. As áreas militar e comercial foram as que apresentaram maior crescimento.

MULTA

Volks terá de pagar R\$ 15 milhões por software que burlou teste de poluição

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

A Volkswagen do Brasil foi condenada a pagar R\$ 15 milhões por danos morais coletivos após fraudar testes de emissão de poluentes em veículos a diesel produzidos no País entre 2011 e 2012. Em mais de 17 mil unidades da picape Volkswagen Amarok fabricadas no período, a montadora instalou um software capaz de enganar os testes ambientais e liberar a venda de veículos que poluíam acima do permitido no País, segundo a sentença.

A decisão é da 12ª Vara Cível Federal de São Paulo e atende parcialmente a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF).

Na defesa apresentada no processo, a Volkswagen negou a existência de dano ambiental efetivo. Procurada pela reportagem, a montadora informou que "não comenta processos em andamento".

O caso faz parte do escândalo internacional conhecido como 'Dieselgate', que revelou o uso de programas semelhantes pela Volkswagen em vários países. No Brasil, além da condenação judicial, a empresa já havia sido

multada em R\$ 46 milhões pelo Ibama.

O programa instalado nas picapes identificava quando o veículo estava sendo submetido a testes de laboratório. Nessas situações, o sistema reduzia temporariamente a emissão de poluentes para que os resultados ficassem dentro dos limites exigidos pelas autoridades ambientais.

Na prática, porém, os veículos em circulação emitiam mais poluentes do que o permitido. Segundo a sentença, as Amaroks lançavam cerca de 1,1 grama de óxidos de nitrogênio por quilômetro rodado, acima do limite de um grama estabelecido pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores.

Com isso, segundo o MPF, a Volks conseguiu obter autorização do Ibama para vender os veículos no mercado brasileiro.

Estimativas do Ibama e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apontam que as picapes emitiram 2,7 mil toneladas de poluentes acima do permitido entre 2011 e 2016. Em 2017, a Volkswagen realizou um recall para atualizar o software dos veículos, mas menos de 30% das unidades vendidas passa-

ram pela correção.

"A introdução dos veículos no mercado nacional ocorreu mediante fraude à autoridade ambiental federal, o que, por si só, apresenta grave violação à confiança pública e ao sistema de controle ambiental", afirmou o juiz federal substituto Maurílio Freitas Maia de Queiroz na sentença.

Para o magistrado, o fato de o software ter sido desenvolvido pela matriz alemã não afasta a responsabilidade da Volkswagen no Brasil. Segundo a sentença, a subsidiária brasileira importou, comercializou e colocou em circulação no mercado nacional os veículos equipados com o dispositivo fraudulento.

R\$ 30 MILHÕES

O MPF recorreu da decisão para pedir que a indenização seja aumentada para R\$ 30 milhões, valor solicitado originalmente na ação.

Segundo os procuradores, a fraude violou normas ambientais, leis federais e a própria Constituição, além de causar danos ambientais que continuam até o presente momento, já que muitos dos veículos seguem em circulação.

Embora tenha reconhecido a

instalação do software fraudulento nos 17 mil veículos produzidos entre 2011 e 2012, a sentença afirma que os danos ambientais ficaram comprovados de forma mais clara em cerca de 24% da frota, especificamente nas versões 90 KW da Amarok. Em relação às versões 120 KW, o juiz apontou divergências técnicas nos laudos periciais.

"A perícia judicial concluiu que 74% da frota (Amarok 120 KW) não apresentaram emissões acima do limite legal nos testes analisados, o que reduz a extensão do dano ambiental efetivo demonstrado em relação ao total pleiteado", ressalta a sentença.

"A pretensão não depende da precisa quantificação das emissões, pois a fraude no licenciamento, por si só, já vicia a comercialização, o trânsito e as emissões das Amaroks que carregavam o dispositivo de fraude", afirmou o MPF no recurso.

"A necessidade de majoração ampara-se no fato de que a apelação agiu com dolo e perversidade tecnológica. Ao vender veículos a diesel sabidamente mais poluentes burlando os testes, a empresa operou sob a lógica da privatização dos lucros e socialização dos prejuízos", concluiu o juiz Maurílio Freitas Maia de Queiroz.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

EDIURO EDITORA E PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ/JMF nº 04.160.920/0001-28 - NIRE 33.3.0026701-8
Convocação AGO: O Conselho de Administração da Cia., na forma do Art. 7º do Estatuto Social da Cia., convoca os acionistas da Cia. a participarem da AGO, que acontecerá no dia 28/05/26, às 11h., em formato híbrido, por videoconferência, por meio de link de acesso a ser enviado oportunamente aos acionistas da Cia., bem como na sede da Cia., na Av. Rio Branco, 115, 12º/parte, Centro, RJ/RJ, CEP: 20.040-004, e terá a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores da Cia., examinar, discutir e votar as DFs individuais e consolidadas da Cia., relativas ao exercício social findo em 31/12/25; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos da Cia., se houver. Os documentos pertinentes aos assuntos incluídos na ordem do dia foram publicados na forma do Art. 133 da Lei 6.404/76, e encontram-se disponíveis para acesso pelos acionistas na sede da Cia. e mediante solicitação ao endereço eletrônico juridico@ediouro.com.br. Encerrada a AGO, a ata será disponibilizada para assinatura digital dos presentes via plataforma ProJuris. Eventuais manifestações serão recebidas pela mesa, que tomará as providências cabíveis. RJ, 13/05/26.
Jorge Rodrigues Carneiro - Presidente do Conselho de Administração

Diário do Acionista
 Tel.: (21) 99122-4278

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
 MINISTÉRIO DA SAÚDE
 GOVERNO DO BRASIL
 DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.026/2026

O Pregoeiro **André Luis Borges da Castro** convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.026/2026 no dia 22/05/2026 às 14h00min. - Objeto: **Aquisição de materiais hospitalares para paramentação cirúrgica** (AVENTAL/CAPOTE CIRÚRGICO, ESTÉRIL, USO HOSPITALAR, SMS, AVENTAL DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, COM BARREIRA MICROBIANA, CAMPO PARA MESA AUXILIAR EM SMS e etc) Processo nº. 33409.008511/2025-01. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
 MINISTÉRIO DA SAÚDE
 GOVERNO DO BRASIL
 DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/2026

A Pregoeira **ROBERTA DE FARIAS BARRETO DOMINGOS PAULA** convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.011/2026 no dia 22/05/2026 às 11h00min. - Objeto: **ACETAZOLAMIDA 5 MG/ML, ACIDO NITRICO 7% FRASCO 1L, ACIDO URSODESOXICOLICO 5 MG/ML E OUTROS.** Processo nº. 33409.012002/2025-74. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

MRS LOGÍSTICA S/A
 CNPJ Nº 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.65

CARTA DE RENÚNCIA

À
 MRS Logística S.A. ("Companhia")
 A/C: Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez - Presidente do Conselho de Administração

Ref. Renúncia ao cargo de membro titular do Conselho de Administração

Prezado Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez,

Eu, **CARLOS HECTOR REZZONICO**, argentino, casado, engenheiro industrial, inscrito no CPF sob o nº 702.295.766-56, com endereço comercial na Av. do Contorno, 6594 - Lourdes, Belo Horizonte/MG, no CEP 30110-044, comunico, pela presente, minha renúncia ao cargo de membro titular do Conselho de Administração da MRS Logística S.A., com eficácia a partir da presente data e solicito que se dê cumprimento ao disposto na legislação aplicável, arquivando a presente no registro do comércio e efetuando a sua publicação nos termos da lei.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2026.

Atenciosamente,
CARLOS HECTOR REZZONICO

JUCERJA. Protocolo: 2026/00535446-0 Data do protocolo: 06/05/2026. Certifico o Arquivamento em 08/05/2026 sob o número 00007759613

Diário do Acionista
 Tel.: (21) 99122-4278
 (11) 2655-1899

PERFIL X CONSTRUTORA S.A.
 CNPJ/JMF: 08.733.497/0001-69 - NIRE: 33.3.0030743-5
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA / ESCRITURA DECLARATÓRIA "TERMO DE RESOLUÇÃO" FIRMADA PELA UNICA ACIONISTA PLENA PARTICIPAÇÕES S.A., EM 22 DE ABRIL DE 2026. (Ata lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76). 1 - **DATA, HORA E LOCAL:** Em 22 de abril de 2026, às 09:00 horas, na sede social localizada na Estrada Velha de Maricá, 249 - parte, Várzea das Moças, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, CEP 24.753-511. 2 - **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação haja vista a presença da totalidade dos acionistas da Sociedade, considerando a condição da Perfil X Construtora S.A. de subsidiária integral da Plena Participações S.A., nos termos do artigo 251, § 2º, da Lei 6.404/76, conforme apontamentos no Livro de Registro de Ações, e a condição de representantes da acionista conferida à Sra. Danyelle Cruz Lopes e ao Sr. Marcelo Chagas Viana. 3. **MESA:** Presidente: Sr. Marcelo Chagas Viana; Secretária: Sra. Danyelle Cruz Lopes. 4. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE:** 4.1. A inclusão no objeto social da companhia, de: Cultivo de mudas em viveiros florestais, cujo CNAE é 0210-1/06, como item (iii), do artigo 3º do Estatuto Social e Atividades de apoio à produção florestal, CNAE é 0230-6/00, como item (iii), do artigo 3º do Estatuto Social. 4.2. Em virtude da deliberação anterior e para refletir os objetos sociais da Companhia, fica aprovada a alteração do art. 3º do Estatuto Social, conforme abaixo: **"Artigo 3º:** A Sociedade tem por objeto: (i) elaboração de projetos, construção, reforma e manutenção no âmbito da engenharia civil; (ii) elaboração de projetos, manutenção, reforma e construção de sistemas elétricos de distribuição, transmissão, geração e sistemas de iluminação no âmbito da engenharia elétrica; (iii) elaboração de projetos e montagem e manutenção de sistemas de telecomunicações; (iv) manutenção e montagem de sistemas de refrigeração; (v) aluguel de máquinas, equipamentos e partes e peças em geral; (vi) comercialização de materiais e equipamentos elétricos e hidráulicos em geral; (vii) representação e distribuição de materiais elétricos e de telecomunicações em geral; (viii) estudo de impacto ambiental, plantio, podas e reflorestamento em geral no âmbito da engenharia agrônoma; (ix) execução de projetos de arquitetura e urbanização em geral no âmbito da arquitetura; (x) execução de serviços de sinalização de trânsito em geral; (xi) locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados para construção e atividades agrícolas, com ou sem operador; (xii) calçamento de pavimentação asfáltica de ruas e estradas e/ou paralelepípedo; (xiii) obras de urbanização de ruas, praças e calçadas; (xiv) limpeza urbana, compreendendo a coleta e transporte de lixo, entulho e varrição; (xv) instalações e manutenção hidráulica, sanitárias e de gás; (xvi) drenagem; (xvii) todas as atividades dos Engenheiros na especialidade de Engenharia de Segurança do Trabalho; (xviii) comércio, serviços, manutenção em eletro doméstico em geral; (xix) comércio, serviços, manutenção em utensílios para cozinha industrial e residencial; (xx) comércio de materiais de limpeza e conservação em geral para uso: residencial, hospitalar, industrial; (xxi) comércio, serviços, manutenção de vidraçaria em geral para uso: residencial, hospitalar, laboratório e industrial; (xxii) conservação estradas e rodovias; (xxiii) calçamento; (xxiv) serviços de conservação e limpeza em áreas públicas, industriais, comerciais e residenciais; (xxv) serviços de refrigeração; (xxvi) comércio de aparelhos para climatização; (xxvii) serviços e manutenção em equipamentos para climatização; (xxviii) comércio de aparelhos eletro eletrônico para uso geral; (xxix) comércio de vestuário e uniformes; (xxx) fornecimento e aplicação de grama sintética; (xxxi) fornecimento e instalação de brinquedos e aparelhos de academia em geral; (xxxii) terceirização de mão de obra especializada sob qualquer forma, inclusive alocação de mão de obra temporária e fornecimento de gestão de recursos humanos para terceiros; (xxxiii) locação de veículos leves, médios e pesados, com ou sem, operador; (xxxiv) serviços de manutenção elétrica preventiva e corretiva e conservação de túneis incluindo projetores de iluminação, painéis de mensagens variáveis e sistema de incêndio; (xxxv) serviços de manutenção preventiva e corretiva, gestão e ampliação de rede de iluminação pública, com fornecimento de material; (xxxvi) serviços de carpintaria em geral; (xxxvii) serviços de marcenaria em geral; (xxxviii) serviços de serralheria em geral; (xxxix) serviços de vidraçaria em geral; (xl) instalação de combate de incêndio e pânico; (xli) locação de ar condicionado; (xlii) demolição e preparação de canteiro de obras; (xliii) instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes; (xliv) montagem e instalação de sistema e equipamentos em iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; (xlv) impermeabilização em obras de engenharia civil; (xlvi) obras de fundações; (xlvii) esgoto e atividades relacionadas; (xlviii) coleta, tratamento e disposição de resíduos, recuperação de materiais; (xlix) atividades paisagísticas; (l) serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimentos em metais; (li) serviços de vacal; (lii) cultivo de mudas em viveiros florestais, e; (liii) atividades de apoio à produção florestal." 4.3. Em vista da alteração estatutária acima, foi determinada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual constitui o Anexo I desta Escritura Declaratória "Termo de Resolução". 5 - **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada, e assinada por todos os presentes. São Gonçalo (RJ), 22 de abril de 2026. **Marcelo Chagas Viana** - Presidente, **Danyelle Cruz Lopes** - Secretária.

ESTATUTO SOCIAL: CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, ESTABELECIMENTOS, OBJETO E DURAÇÃO: Artigo 1º: A PERFIL X CONSTRUTORA S.A. é uma sociedade anônima fechada, que se rege por este Estatuto e pela legislação aplicável. **Artigo 2º:** A Sociedade tem sua sede na Estrada Velha de Maricá, nº 249, Várzea das Moças, na Cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, CEP 24.753-511, podendo abrir e fechar filiais, agências ou escritórios em qualquer localidade do país ou do exterior. **Artigo 3º:** A Sociedade tem por objeto: (i) elaboração de projetos, construção, reforma e manutenção no âmbito da engenharia civil; (ii) elaboração de projetos, manutenção, reforma e construção de sistemas elétricos de distribuição, transmissão, geração e sistemas de iluminação no âmbito da engenharia elétrica; (iii) elaboração de projetos e montagem e manutenção de sistemas de telecomunicações; (iv) manutenção e montagem de sistemas de refrigeração; (v) aluguel de máquinas, equipamentos e partes e peças em geral; (vi) comercialização de materiais e equipamentos elétricos e hidráulicos em geral; (vii) representação e distribuição de materiais elétricos e de telecomunicações em geral; (viii) estudo de impacto ambiental, plantio, podas e reflorestamento em geral no âmbito da engenharia agrônoma; (ix) execução de projetos de arquitetura e urbanização em geral no âmbito da arquitetura; (x) execução de serviços de sinalização de trânsito em geral; (xi) locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados para construção e atividades agrícolas, com ou sem operador; (xii) calçamento de pavimentação asfáltica de ruas e estradas e/ou paralelepípedo; (xiii) obras de urbanização de ruas, praças e calçadas; (xiv) limpeza urbana, compreendendo a coleta e transporte de lixo, entulho e varrição; (xv) instalações e manutenção hidráulica, sanitárias e de gás; (xvi) drenagem; (xvii) todas as atividades dos Engenheiros na especialidade de Engenharia de Segurança do Trabalho; (xviii) comércio, serviços, manutenção em eletro doméstico em geral; (xix) comércio, serviços, manutenção em utensílios para cozinha industrial e residencial; (xx) comércio de materiais de limpeza e conservação em geral para uso: residencial, hospitalar, industrial; (xxi) comércio, serviços, manutenção de vidraçaria em geral para uso: residencial, hospitalar, laboratório e industrial; (xxii) conservação estradas e rodovias; (xxiii) calçamento; (xxiv) serviços de conservação e limpeza em áreas públicas, industriais, comerciais e residenciais; (xxv) serviços de refrigeração; (xxvi) comércio de aparelhos para climatização; (xxvii) serviços e manutenção em equipamentos para climatização; (xxviii) comércio de aparelhos eletro eletrônico para uso geral; (xxix) fornecimento e instalação de brinquedos e aparelhos de academia em geral; (xxx) terceirização de mão de obra especializada sob qualquer forma, inclusive alocação de mão de obra temporária e fornecimento de gestão de recursos humanos para terceiros; (xxxii) locação de veículos leves, médios e pesados, com ou sem, operador; (xxxiii) serviços de manutenção elétrica preventiva e corretiva e conservação de túneis incluindo projetores de iluminação, painéis de mensagens variáveis e sistema de in-

cêndio; (xxxiv) serviços de manutenção preventiva e corretiva, gestão e ampliação de rede de iluminação pública, com fornecimento de material; (xxxv) serviços de carpintaria em geral; (xxxvii) serviços de marcenaria em geral; (xxxviii) serviços de serralheria em geral; (xxxix) serviços de vidraçaria em geral; (xl) instalação de combate de incêndio e pânico; (xli) locação de ar condicionado; (xlii) demolição e preparação de canteiro de obras; (xliii) instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes; (xliv) montagem e instalação de sistema e equipamentos em iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; (xlv) impermeabilização em obras de engenharia civil; (xlvi) obras de fundações; (xlvii) esgoto e atividades relacionadas; (xlviii) coleta, tratamento e disposição de resíduos, recuperação de materiais; (xlix) atividades paisagísticas; (l) serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimentos em metais; (li) serviços de vacal; (lii) cultivo de mudas em viveiros florestais, e; (liii) atividades de apoio à produção florestal. **Parágrafo Único** - A Sociedade pode associar-se ou consorciar-se com outras empresas, no Brasil ou no exterior, sem a necessidade de ingresso no capital social. **Artigo 4º:** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES: Artigo 5º:** O capital social subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), dividido em 12.000.000 (doze milhões) de ações ordinárias, todas sob a forma nominativa, registradas e sem valor nominal. **Parágrafo Único** - Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 6º:** As ações são indivisíveis em relação à Sociedade. **Artigo 7º:** Havendo chamada à subscrição de novas ações, o acionista que se comprometer, em não fazendo o pagamento das prestações correspondentes às ações previstas no boletim ou na chamada, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 6% (seis por cento) ao ano, correção da inflação com base na variação da TR - Taxa de Referência, apurada pelo Banco Central do Brasil - BACEN ocorrida no período, sobre o total do débito assim apurado. **§ 1º** - O documento de chamada à subscrição de capital definirá a forma e critérios para a integralização das ações subscritas. **§ 2º** - Se no prazo de 90 (noventa) dias contados da data determinada para subscrição o subscritor não integralizar o seu capital, perderá o direito de realizá-la, transferindo-se este direito, automaticamente, aos demais acionistas, na proporção da participação no capital da Sociedade, que, desejando, poderão exercer o direito, integralizando o valor correspondente. **CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL: Artigo 8º:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Sociedade o exigir. **§ 1º** - As Assembleias Gerais serão instaladas com a maioria absoluta dos acionistas e as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos acionistas presentes. **§ 2º** - Nas Assembleias Gerais o acionista poderá ser representado por Procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Se o mandatário for administrador da Companhia, não poderá votar, como acionista ou procurador, em deliberação que trate dos documentos referidos no Art. 134 e § 1º da Lei 6.404/76, e nem em deliberações em que seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia. **§ 3º** - A Assembleia Geral será convocada: a) pela Diretora Geral ou seu substituto; b) pelo Conselho Fiscal, se estiver regularmente instalado e em funcionamento, nos termos do Artigo 163, inciso V, da Lei 6.404/76; ou c) por acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações com direito a voto, na hipótese elencada no Artigo 123, Parágrafo Único, Alínea "d", da Lei 6.404/76. **§ 4º** - A Assembleia Geral será presidida por qualquer dos Sócios, e secretariada por um dos presentes, convidada pelo Presidente da Assembleia. **§ 5º** - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404/76. **§ 6º** - As atas de Assembleia Geral deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, como autoriza o § 1º do Artigo 130 da Lei 6.404/76, contendo a indicação do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções. **Artigo 9º:** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei: I. Eleger e destituir os membros da Diretoria; II. Fixar a remuneração individual dos membros da Diretoria, observado o disposto no artigo 152, da Lei nº 6.404/76, podendo também deliberar sobre a dispensa de remuneração; III. Fixar a remuneração do Conselho Consultivo e Fiscal, quando instalados; IV. Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; V. Aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Sociedade; VI. Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; VII. Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; VIII. Deliberar sobre a abertura do capital social, o registro da Sociedade perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e perante Bolsas de Valores e/ou mercado de balcão organizado, e o registro de emissão pública de títulos e valores mobiliários; IX. Aprovar eventual pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial; X. Aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento; XI. Aprovar a aquisição de participações societárias em outras sociedades e fundos, quaisquer que sejam a forma e objeto social, mediante aquisição de suas ações, quotas e/ou títulos representativos do capital destas; e XII. Aprovar a alienação de participações societárias detidas pela Sociedade em empresas controladas e coligadas. **Artigo 10º:** Compete também à Assembleia Geral Ordinária a apreciação das matérias previstas no Artigo 132, da Lei nº 6.404/76, de suas subsidiárias integrais e controladas e alterações de Estatuto ou Contrato Social destas empresas, bem como os assuntos a ela apresentados como relevantes. **CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA: Artigo 11º:** A administração da Sociedade é composta por uma Diretoria. **§ 1º** - A investidura nos cargos far-se-á por termo de posse lavrado em livro próprio, assinado dentro de 30 (trinta) dias da data da eleição, dispensada qualquer garantia de gestão. **§ 2º** - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral. **Artigo 12º:** A Diretoria se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes, prevalecendo, em caso de empate, o voto da Diretora Geral. **§ 1º** - As reuniões da Diretoria serão convocadas pela Diretora Geral do órgão ou pelos Diretores sem Designação Específica em conjunto, mediante comunicação pessoal escrita, por fax, correio eletrônico corporativo, habitualmente utilizado pelos Diretores, telegrama ou carta registrada, com antecedência mínima de dois dias úteis, indicando dia, hora, local e a matéria que será objeto de deliberação. **§ 2º** - Só é dispensada a convocação prévia para a reunião da Diretoria como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros da Diretoria que manifestarem seu voto por meio de delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto expresso por fax, por correio eletrônico, telegrama ou carta registrada. **§ 3º** - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas via vídeo-conferência, caso haja a concordância de todos os membros do órgão. **§ 4º** - Os membros da Diretoria não poderão ter acesso a informações ou participar de reuniões relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com os da Sociedade. **§ 5º** - Os Diretores farão jus a 14 (quatorze) remunerações individuais ordinárias. **Artigo 13º:** A Diretoria será composta pelo número mínimo de 2 (dois) e máximo de 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo 1 (um) Diretor Geral e até 4 (quatro) Diretores, eleitos com ou sem designação específica, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Artigo 14º:** A Diretoria terá todos os poderes e atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários à gestão operacional e ao funcionamento regular da Sociedade sempre de acordo com os propósitos, diretrizes e prioridades estabelecidas pelos Acionistas, ressalvadas as hipóteses, previstas neste Estatuto Social, de operações que requirem prévia autorização dos Acionistas, mediante a realização de Assembleia Geral. **§ 1º** - Compete à Diretoria: a) representar a Sociedade cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Acionistas; b) preparar o orçamento anual e plurianual da Sociedade, se existir; c) elaborar o relatório anual de atividades, as demonstrações contábeis de cada exercício e a proposta de destinação do lucro líquido; d) deliberar sobre matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor Geral; e) criar ou extinguir cargos, admitir e demitir empregados e fixar os níveis de remuneração pessoal; f) transigir, renunciar, desistir, fazer

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.
 CNPJ/JMF nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 333.0033445-9
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2026

1. **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 17 de abril de 2026, às 10:00 horas, na sede da Transmissora Porto Alegre de Energia S.A. ("Companhia"), na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22250-040. 2. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Ficaram dispensadas as formalidades de convocação em vista da presença de todos os membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração participaram por meio de videoconferência, nos termos do Artigo 26, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, sendo a reunião realizada na sede da Companhia para todos os fins legais. 3. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. José Guilherme Cruz Souza - Presidente, Sr. Rodrigo Costa Rocha - Secretário. 4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) recomendação sobre a aprovação, pelos acionistas da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em cumprimento ao disposto no art. 142, V, da Lei nº 6.404/76 e no art. 25, V, do Estatuto Social da Companhia, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do parecer dos auditores independentes, bem como da proposta de destinação dos resultados do exercício; (ii) aprovação da convocação de Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento ao disposto no art. 25, IV, do Estatuto Social da Companhia, a ser realizada até 30 de abril de 2026, com a finalidade de deliberar, dentre outros temas, sobre: (a) a aprovação do Relatório da Administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (b) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (iii) autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta Reunião. 5. **DELIBERAÇÕES:** Dando início aos trabalhos, o Presidente declarou que atendeu a todos os requisitos para a realização desta reunião e registrou que a presente ata será lavrada em forma de sumário. Foram aprovadas, *pela unanimidade* dos conselheiros e *sem qualquer ressalva*, as seguintes deliberações: (i) recomendação sobre a aprovação, pelos acionistas da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em cumprimento ao disposto no art. 142, V, da Lei nº 6.404/76 e no art. 25, V, do Estatuto Social da Companhia, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do parecer dos auditores independentes, bem como da proposta de destinação dos resultados do exercício; (ii) aprovação da convocação de Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até 30 de abril de 2026, com a finalidade de deliberar sobre: (a) a aprovação do Relatório da Administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (b) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (iii) autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta Reunião. 6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e assinada pela Mesa, que certificou a presença dos membros do Conselho de Administração que participaram e votaram à distância. 7. **ASSINATURAS:** Mesa: Sr. José Guilherme Cruz Souza - Presidente; e Sr. Rodrigo Costa Rocha - Secretário; Conselheiros Presentes: Rodrigo Costa Rocha, José Guilherme Cruz Souza e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. *A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia.* Rio de Janeiro, 17 de abril de 2026. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselho de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 11/05/2026 sob o nº 00007763175, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicação de recursos, adquirir ou hipotecar, empenhar ou de qualquer forma onerar bens móveis ou imóveis e conceder garantias assinando os respectivos termos e contratos que atinjam individualmente até, inclusive, o valor referente a 30% (trinta por cento) do capital social da sociedade; g) deliberar sobre a criação ou extinção de filiais, sucursais, depósitos e escritórios; h) submeter para deliberação a proposta de destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício à Assembleia Geral de Acionistas, bem como a antecipaço do pagamento de dividendos; e i) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pelos Acionista, através de Assembleia Geral. **§ 2º** - Compete ao Diretor Geral exercer as funções que lhe forem atribuídas pelos Acionistas e especialmente: a) fixar as atribuições complementares a serem exercidas pelos diretores sem designação específica; b) coordenar e orientar as atividades dos diretores; c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; d) dirigir e controlar todos os negócios da Sociedade. **§ 3º** - Os demais Diretores terão as funções básicas e complementares que lhes forem atribuídas pelos Acionistas ou pelo Diretor Geral. **§ 4º** - O Diretor Geral avocará o exame de matérias específicas de atribuição de quaisquer dos diretores e sobre elas deliberar. **Artigo 15º:** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada. **§ 1º** - Compete ao Diretor Geral presidir as reuniões da Diretoria. **§ 2º** - Os Diretores substituir-se-ão mutuamente em seus impedimentos e ausências temporárias ou ocasionais, sendo a substituição formalizada mediante correspondência depositada na sede da Sociedade firmada pelos Diretores substituído e substituto, informando, se possível, o prazo que perdurará a substituição. **Artigo 16º:** A representação ativa ou passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, será realizada pelo Diretor Geral, individualmente, ou por, no mínimo, dois Diretores em conjunto, ou por mandatário sempre em conjunto com um Diretor. **§ 1º** - Todos os documentos que criem obrigações para a Sociedade ou desonerem terceiros de obrigações para com a Sociedade, inclusive a emissão, o aceite ou o endosso de cheques, ordens de pagamento, duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e outros títulos, a abertura, a movimentação ou extinção de contas de depósito bancário deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a Sociedade, ser assinados: (a) individualmente pelo Diretor Geral; (b) por 2 (dois) Diretores; ou (c) por um Diretor em conjunto com 1 (um) mandatário. **§ 2º** - Os atos que representem alienação de bens ou participação societária da Sociedade em outras empresas, bem como a concessão de avais, fianças ou outras garantias serão praticados: (a) conjuntamente por quaisquer dois Diretores ou (b) conjuntamente por 1 (um) Diretor e um mandatário nomeado em mandato com poderes para praticar o ato específico. **§ 3º** - As procurações outorgadas pela Sociedade deverão: (i) ser assinadas por quaisquer 2 (dois) Diretores; (ii) especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive quando se tratar da assunção das obrigações de que trata o § 2º deste artigo; conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, vedado o subestabelecimento dos poderes outorgados. O prazo previsto neste artigo e a restrição quanto ao subestabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para representação da Sociedade em processos judiciais ou administrativos ("cláusula ad iudicia" ou "cláusula ad iudicia et extra"). **§ 4º** - A representação da Sociedade perante suas controladas e subsidiárias integrais realizar-se-á por documento assinado por quaisquer 2 (dois) Diretores. **§ 5º** - E vedado aos Diretores e aos mandatários, sob pena de nulidade, obrigar a Sociedade em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Sociedade ressalvados os casos de fiança de aluguel, bem como garantias em empréstimos e financiamentos tomados por suas subsidiárias integrais ou empresas nas quais a sociedade possuam participação acionária, atos estes que só serão válidos caso firmados por uma das formas previstas no caput deste artigo ou na forma do § 1º. **CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL: Artigo 17º:** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente e será composto por 03 (três) membros e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e instalar-se-á a pedido de acionistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) do capital social, e nos demais casos previstos em lei. **§ 1º** - O mandato dos Conselheiros Fiscais terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária posterior à sua instalação, sendo garantido aos membros o direito à reeleição, devendo as atas serem registradas no livro próprio. **§ 2º** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração que, na média, for atribuída a cada Diretor. **§ 3º** - Os membros do Conselho Fiscal podem ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS: Artigo 18º:** O exercício social da Sociedade terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 19º:** Ao fim de cada exercício social serão elaborados, com base na escrituração mercantil da Sociedade, as demonstrações contábeis previstas em lei. **§ 1º** - Mediante convocação pela Diretoria, ou a qualquer tempo, a Assembleia Geral também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários a conta de lucros apurados, lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral. **§ 2º** - A Sociedade, por proposta da Diretoria aprovada pela Assembleia Geral Ordinária, poderá pagar juros sobre o capital próprio, podendo o valor pago ou creditado ser imputado à conta de dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. **§ 3º** - Os dividendos intermediários distribuídos nos termos do § 1º deste artigo, deverão ser computados para fins e apuração do valor a ser distribuído a título de dividendos obrigatórios. **Artigo 20º:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **§ 1º** - Sobre o lucro remanescente apurado na forma do Caput deste Artigo, será calculada a participação estatutária dos administradores e dos empregados, caso haja contrato celebrado nos termos da Lei nº 10.101/00, até o limite máximo legal, quando assim deliberado pela Assembleia Geral. **§ 2º** - Do lucro líquido apurado, após as provisões, amortizações e depreciações determinadas ou permitidas por lei, bem como do previsto no § 1º deste artigo, destinar-se-á: a) 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal, até que este atinja 20% (vinte por cento) do capital social; b) do saldo lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento), para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas; c) o saldo do lucro líquido terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal, se estiver em funcionamento. **Artigo 21º:** A Assembleia Geral pode, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro líquido. **CAPÍTULO VII - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO: Artigo 22º:** A Sociedade poderá ser dissolvida, sendo liquidada e extinta: a) por deliberação de Assembleia Geral; b) por falência; c) pela sua incorporação ou fusão; d) em decorrência de decisão judicial; ou e) nos demais casos previstos em lei. **Parágrafo Único** - A dissolução baseada na hipótese prevista nas alíneas "a" e "c" deste Artigo dependerá de aprovação de acionistas que representem no mínimo 1/2 (metade) do capital social da Sociedade. **CAPÍTULO VIII - DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE ACIONISTA: Artigo 23º:** Nos casos de falecimento ou interdição de qualquer acionista, as ações a ele pertencentes serão imediatamente transferidas aos seus descendentes diretos ou sucessores, na forma da legislação em vigor. Estes, a sua opção, poderão renunciar ao direito de continuar participando da Sociedade, devendo ofertar suas ações para aquisição pelos demais acionistas e/ou pela Sociedade. **CAPÍTULO IX - DAS MODIFICAÇÕES DO ESTATUTO: Artigo 24º:** As modificações, inserções ou exclusões de disposições deste Estatuto Social somente serão procedidas com a aprovação de acionistas que representem mais da 1/2 (metade) do capital social, se a legislação não exigir quórum maior. **CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Artigo 25º:** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com a legislação vigente, em especial, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores. **CAPÍTULO XI - DO FORTO: Artigo 26º:** O foro competente para dirimir as questões resultantes deste Estatuto Social será o da Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro. Jucerja nº 7760215 em 08/05/2026.



CAMPINAS

Guarda é preso após matar esposa durante festa do casamento

RARIANE COSTA/AE

A Polícia Civil prendeu um guarda municipal de 55 anos suspeito de matar a esposa durante a celebração do casamento do casal, em Campinas, interior de São Paulo. A vítima, Nájiyla Duenas Nascimento, de 34 anos, foi atingida por disparos no local da festa no último sábado.

Segundo a investigação, após um desentendimento durante a confraternização, o homem teria agredido a mulher, efetuado disparos e deixado o local momentaneamente. Na sequência, ele retornou e atirou novamente contra a esposa, que morreu no local.

Daniel Barbosa Marinho foi

preso em flagrante após se entregar às autoridades.

O caso é investigado como feminicídio e violência doméstica pela 2ª Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas, informou a Secretária da Segurança Pública (SSP). Marinho foi levado para a cadeia pública do 2º Distrito Policial da cidade e permanece a disposição da Justiça.

Em nota, a Guarda Civil Municipal de Campinas disse lamentar a morte e afirmou que a corregedoria irá instaurar procedimentos internos para apurar a conduta do servidor. A corporação também declarou que acompanha o caso e colabora com a investigação.

ZONA OESTE

Explosão destrói casas, deixa um morto e três feridos

CAIO POSSATI/AE

Uma forte explosão em uma área residencial na região do Jaguaré, na zona oeste de São Paulo, matou uma pessoa, deixou ao menos outras três feridas e destruiu uma série de casas ontem à tarde. Também há registro de desaparecidos, que estariam sob a pilha de escombros causados pelo acidente.

A explosão aconteceu em uma comunidade localizada em uma área próxima à Rua Dr. Benedito de Moraes Leme e à Rua Piráuba, atrás do Condomínio Morada do Parque. O impacto da explosão arremessou pessoas, provocou a quebra de vidros de prédios ao redor e o colapso de estruturas de residências. Informações do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar apontam que a explosão aconteceu durante um trabalho da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) na região, que pode ter atingido uma tubulação durante

uma escavação. As causas da explosão serão confirmadas ao final dos trabalhos de perícia, ponderou a PM.

Imagens registradas pela Band mostram casas totalmente destruídas, pilhas de destroços e moradores da região em pânico, desesperados pela perda dos imóveis e pela possibilidade de ter parentes e animais de estimação entre as vítimas.

"Minha casa não existe mais", disse um dos entrevistados, que teve o pai arremessado pela explosão. "O teto do quarto caiu uma parte, o do quarto da minha filha, caiu todo; o da cozinha caiu todo", relatou uma mulher também à emissora.

A porta-voz dos Bombeiros, Karol Burunsizian, declarou que as residências foram atingidas após uma obra da Sabesp, que levou a uma perfuração de uma tubulação de gás que gerou a explosão. Entre os sobreviventes, uma vítima foi resgatada pelos moradores, outra pelo Samu e uma 3ª pelos Bombeiros.

ATAQUE A CABELEIREIRO

Defesa diz que mulher sofre de transtorno psicótico agudo

EDERSON HISING, ADRIANA VICTORINO E RARIANE COSTA/AE

A defesa da mulher que tentou esfaquear um cabeleireiro com uma faca de cozinha, no dia 5 de maio, em um salão de beleza na Barra Funda, zona oeste de São Paulo, disse que ela foi diagnosticada com "transtorno psicótico agudo e transitório não especificado em 2023".

Segundo o comunicado enviado à imprensa, recentemente, Laís Gabriela Barbosa da Cunha, de 27 anos, precisou interromper o uso dos medicamentos do tratamento que faz com acompanhamento de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) por causa de um "quadro clínico de hepatite medicamentosa".

Imagens de câmeras de segurança registraram o momento em que a mulher conversava com o cabeleireiro Eduardo Ferrari enquanto ele atendia outra cliente. Em seguida, ele virou de costas e ela tirou uma faca de cozinha da bolsa para tentar esfaqueá-lo, mas logo foi contida pelos se-

guranças. Em vídeos divulgados nas redes sociais, a cliente diz ter ficado insatisfeita com o corte de cabelo.

"Vocês conseguem ver na minha franja? Tá parecendo o cebolinha porque ele cortou todo o meu cabelo. Eu mandei mensagem no WhatsApp e eles ficaram dois dias sem me responder. Aí sabe o que eu fiz? Ofendi ele. Falei: 'seu viado desgraçado, arruma o meu cabelo'. Ele respondeu: Na hora", disse a mulher. Segundo o relato, ela teria sofrido um corte químico, o que funcionários do salão negam.

Em nota publicada nas redes sociais, o cabeleireiro informou que Laís realizou o procedimento há 30 dias, mas retornou na terça-feira afirmando estar insatisfeita e pedindo a devolução dos valores pagos.

"Diante da negativa, uma vez que o serviço havia sido regularmente prestado, a cliente passou a agir de forma agressiva e, de maneira inesperada e desproporcional, desferiu um golpe de faca nas costas de Eduardo", informou. O cabeleireiro sofreu um pequeno corte nas costas.

FRAUDE FISCAL

SP aplica multa recorde de R\$ 1 bilhão contra Fast Shop

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A Fast Shop, rede varejista especializada em eletrônicos, foi multada pelo governo do estado de São Paulo em R\$ 1.040.278. 141 após a Controladoria Geral do Estado (CGE-SP) apurar que a empresa ofereceu vantagens indevidas a agente público, obteve benefícios tributários indevidos e interferiu em atividades de fiscalização e investigação da administração tributária estadual.

A multa de mais de R\$ 1,04 bilhão aplicada, que corresponde aos valores obtidos ilícitamente pela empresa, foi a maior registrada no país com base na Lei Anticorrupção.

CORRUPÇÃO

Segundo as apurações da CGE-SP, a Fast Shop contratou a

empresa Smart Tax Consultoria e Auditoria Tributária Ltda., operada pelo ex-auditor fiscal da Receita Estadual Artur Gomes da Silva Neto para prestação de serviços relacionados à recuperação de créditos tributários de ICMS decorrentes do regime de substituição tributária.

A empresa sabia que as informações privilegiadas estavam sendo utilizadas indevidamente e o esquema contava com uso do certificado digital da própria empresa processada.

"A atuação envolvia promessa de facilitação de processos tributários, blindagem contra fiscalizações e intermediação de operações de monetização de créditos tributários. Também ficou comprovado que a Fast Shop obteve créditos tributários indevidos de R\$ 1,04 bilhão. O valor é decorrente da prática co-

nhecida como mineração de dados fiscais, mediante prospecção e homologação irregular de créditos tributários com uso de informações às quais a empresa não teria acesso", diz o governo estadual.

De acordo com a apuração, os créditos totais analisados alcançaram aproximadamente R\$ 1,59 bilhão. A parcela superior a R\$ 1,04 bilhão teria sido calculada e inserida por Silva Neto a partir de dados obtidos de forma ilícita, gerando vantagem indevida e prejuízo ao Tesouro do Estado. A multa foi equiparada ao valor total da fraude.

OPERAÇÃO ÍCARO

A ação é decorrente da Operação Ícaro, deflagrada no dia 12 de agosto de 2025 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), por intermédio

do Grupo de Atuação Especial de Recuperação de Ativos e Repressão aos Crimes de Formação de Cartel e Lavagem de Dinheiro (GEDEC).

Segundo o MPSP, em 15 de setembro do ano passado houve a homologação de Acordo de Não Persecução Penal entre o MPSP, dois sócios e o diretor estatutário da empresa, que pagaram a título de prestação pecuniária penal o valor total de R\$ 100 milhões.

"Em abril, o GEDEC encaminhou à Secretaria de Estado da Fazenda e do Planejamento uma série de sugestões para o aprimoramento dos procedimentos de ressarcimento de ICMS decorrente da substituição tributária e do sistema e-CREDAC, com foco na prevenção de riscos de corrupção e no fortalecimento de controles estruturais", diz o MPSP.

ASSASSINATO

Dono de Porsche que matou motorista de app vai a júri popular

MATHEUS CROBELATTI/ABRASIL

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) determinou que Fernando Sastre irá a júri popular no dia 29 de outubro. Sastre está preso preventivamente desde 2024, quando atingiu o carro do motorista de aplicativo Orlando da Silva Viana, que morreu no acidente. Ele dirigia um Porsche e, segundo a acusação do Ministério Público de São Paulo (MPSP), estava a mais de 100 quilômetros por hora (km/h) em uma via onde o li-

mite de velocidade era de 50 km/h.

O júri acontecerá às 10h no Plenário 7 do Fórum Criminal da Barra Funda, na capital paulista.

Se for condenado, Fernando pode cumprir penas por homicídio doloso qualificado (12 a 30 anos de reclusão) e lesão corporal gravíssima, que pode elevar a pena total em um sexto.

RELEMBRE O CASO

O caso aconteceu no dia 31 de março de 2024, na Avenida

Salim Farah Maluf, na zona leste de São Paulo. Segundo o inquérito policial, Fernando conduzia um Porsche em alta velocidade quando bateu no carro de Orlando, que trafegava pela via. Um amigo de Fernando, que também estava no carro de luxo, sofreu ferimentos graves. Minutos antes do acidente, o réu estava em um restaurante e teria consumido bebida alcoólica.

Após a colisão, o empresário deixou o local com a ajuda de sua mãe, Daniela Cristina de Medeiros Andrade. Sastre foi li-

berado pela Polícia Militar sem fazer o teste de bafômetro. No entanto, a namorada do empresário confirmou que todas as pessoas que estavam no restaurante tinham consumido bebida alcoólica, fato confirmado pela polícia, que teve acesso à comando de consumo fornecida pelo estabelecimento.

Com todas essas provas, a Justiça de São Paulo decretou a prisão de Fernando no dia 3 de maio de 2024. Foragido, o empresário se entregou às autoridades três dias depois.

EDUCAÇÃO

Greve dos estudantes avança na Unicamp após paralisação na USP

GONÇALO JUNIOR/AE

Embalados pela greve iniciada na USP no dia 14 de abril, estudantes da Universidade de Campinas (Unicamp) também decidiram parar desde o final da semana passada. Servidores engrossam o movimento a partir desta segunda-feira.

A Reitoria da Unicamp informa que "mantém diálogo contínuo com as entidades estudantis e direções das unidades do campus de Limeira e de Campinas reafirmando o compromisso com a busca de soluções consensuais".

A adesão ocorre de forma gradual. Segundo os alunos, ao menos 16 cursos já aprovaram paralisação, entre eles, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Artes Cênicas e Engenharia de Alimentos. A Unicamp tem 69 cursos.

Formações tradicionais, como Ciências Humanas (CACH), Medicina (CAAL), Pedagogia (CAPME) e Economia (Caeco), ainda não realizaram suas respectivas assembleias.

Questionada sobre o número de cursos paralisados, a reitoria informou que a "universidade funciona normalmente no dia de hoje (ontem)".

A decisão pelo indicativo de greve geral foi aprovada em assembleia na última quinta-feira, que reuniu mais de mil estudantes, segundo o movimento estudantil. Agora, cada curso vem realizando assembleias próprias.

Entre as principais reivindicações estão:

- construção da moradia estudantil no campus de Limeira;
- melhorias nos restaurantes universitários e no transporte interno;



- fortalecimento de políticas de combate à violência sexual e étnico-racial e de apoio psicológico;
- os estudantes reclamam de falta de professores, déficit de funcionários técnicos.

"Temos demandas específicas que vão culminar na demanda por maior orçamento para educação", afirma a estudante de Economia Laura Khaddour, representante discente no Conselho Universitário da Unicamp.

A Reitoria afirma que "estudos contínuos seguem em pauta para viabilizar melhorias no âmbito das possibilidades orçamentárias".

TARCÍSIO CRITICA GREVE

Na semana passada, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) criticou a paralisação dos estudantes da USP, iniciada no dia 14 de abril.

"Se eu fosse estudante, eu estaria estudando o máximo que eu pudesse, aproveitando com unhas e dentes as oportunidades", disse. "Para mim, não entra na minha cabeça a greve dos estudantes. Estudante, na minha opi-

nião, tem que estudar."

O governador afirmou ainda que o movimento tem conotação política. "A greve tem um cunho político, isso está bastante claro. Eu lamento a perda de oportunidade. A gente está falando de uma universidade de ponta, que tem um recurso garantido do Estado."

AUTARQUIZAÇÃO

Outro ponto central da mobilização é a oposição ao projeto de autarquia da área da saúde da universidade. A proposta, aprovada pelo Conselho Universitário da Unicamp em dezembro, sugere um novo modelo de gestão para a área da saúde, que passaria a ser vinculada à Secretaria Estadual de Saúde para fins orçamentários.

Por outro lado, ela permaneceria ligada à Unicamp no campo do ensino, do treinamento de estudantes de cursos de graduação e pós-graduação e do aperfeiçoamento de médicos.

Estudantes e trabalhadores temem perda de controle sobre os serviços, precarização das condições de trabalho e impactos no atendimento hospitalar. Temem

também a privatização.

No momento da aprovação, o reitor Paulo Cesar Montagner disse que a proposta de autarquia é essencial para o futuro da Universidade. Hoje, a Unicamp é responsável pelo custeio da área da saúde. Neste ano de 2025, os custos com o sistema deverão atingir aproximadamente R\$ 1,1 bilhão.

"Da forma como está, não temos mais como crescer", afirma Montagner. "Este é um projeto de décadas. Um projeto de Estado. O que queremos é construir o futuro da Universidade".

ATO UNIFICADO

A mobilização dos alunos extrapolou os campi do interior de São Paulo. Estudantes da USP, Unicamp e Unesp convocaram um ato unificado nesta segunda, em frente à sede do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), no centro da capital paulista. Professores e funcionários das três instituições também devem participar.

O protesto ocorre em meio ao impasse nas negociações salariais entre o Cruesp e o Fórum das Seis, entidade que reúne sindicatos e associações de docentes, funcionários e estudantes das universidades estaduais paulistas.

O reajuste oferecido foi de 3,6%, percentual estimado para a inflação calculada pelo IPC-Fipe de maio/2025 a abril/2026, ainda não fechado. O Fórum insistiu na necessidade de uma política de recuperação salarial, tendo como meta a recomposição do poder de compra dos salários em maio/2012. A reivindicação estima esse índice em 15,97%.

RIBEIRO FILHO

Desembargador desaparecido é procurado pela polícia no RJ

A Polícia Civil do Rio de Janeiro investiga o desaparecimento do desembargador federal Alcides Martins Ribeiro Filho (foto), do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), há quase um mês.

O magistrado, de 64 anos, está desaparecido desde 14 de abril. O caso foi registrado na Delegacia de Descoberta de Paradeiro.

O TRF-2 diz que o Gabinete de Segurança Institucional do tribunal tem mantido contato contínuo com a polícia, que apura o caso.

De acordo com o colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo, o desembargador teria sacado R\$ 1 mil e entrado em um táxi para a Vista Chinesa, um mirante na zo-



na sul do Rio, no dia 14 de abril, último dia em que foi visto.

AFASTADO

O desembargador foi afastado

de forma cautelar pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em maio do ano passado pelo envolvimento do magistrado em um caso de vio-

lência doméstica, resistência à prisão, lesão corporal contra policiais e abuso de autoridade.

De acordo com o CNJ, "as circunstâncias do caso indicariam um comportamento explosivo e irascível, incompatível com os requisitos mínimos para o exercício da função jurisdicional".

"A sociedade espera e exige que os magistrados mantenham uma postura condizente com os deveres inerentes à responsabilidade do cargo, sobretudo por julgarem questões sensíveis que impactam diretamente os cidadãos e as famílias brasileiras. A confiança no Poder Judiciário é um princípio fundamental que deve ser resguardado pelo CNJ através de medidas como tais", afirmou o ministro Mauro Campbell Marques.

IDENTIFICAÇÃO

Anvisa apreende canetas emagrecedoras sem 'fabricante'

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a apreensão dos produtos Ozempic Power, Mounjmax, Maxtwo + 3D Slim e Maxtwo Detox, fabricados por empresa não identificada. A medida também proíbe a comercialização, distribuição, exportação, fabricação, propagação e o uso dos itens..

De acordo com a agência reguladora, a ação foi motivada por anúncio de venda dos produtos, que não têm registro, notificação ou cadastro na Anvisa, e ainda são produzidos por fabricante desconhecido.

A determinação foi publicada no Diário Oficial da União.

MOUNJARO KWIKPEN

A medida também prevê a apreensão de dois lotes irregulares de Mounjaro Kwikpen, medicamento injetável utilizado no tratamento do diabetes tipo 2 e obesidade. A Anvisa alerta que os lotes D830169 e D830169D estão proibidos de serem armazenados, comercializados, distribuídos, divulgados, transportados e utilizados.

A determinação foi feita após identificada a circulação, no mercado nacional, de produto com rotulagem em inglês sem registro na Anvisa, de origem não comprovada e transportado em desacordo com a legislação sanitária.

DOENÇA

Ações de combate à dengue seguem por mais 11 bairros do Rio

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) segue intensificando ações de prevenção às arboviroses (dengue, zika e chikungunya) e de controle vetorial, como parte da estratégia SVS na Rua, durante o mês de maio. Nesta semana, as vistorias começam na terça-feira (12/05) em Olaria e, até o dia 14, as atividades seguirão por mais dez bairros das zonas Norte, Sul, Sudoeste e Oeste do Rio.

Amanhã a ação vai acontecer nos bairros Anil e Jacarepaguá. Na quinta-feira, a programação será na Glória, Andaraí, Jardim Guanabara, Cachambi, Barros Filho, Parque Anchieta, Senador Camará e Campo Grande.

Em 2026, 3.932.143 vistorias

foram realizadas em imóveis para prevenção e controle do Aedes aegypti e 556.839 depósitos que poderiam servir de criadouros de mosquitos foram tratados ou eliminados. Em 2025, foram realizadas 12.297.072 visitas a imóveis e 1.684.674 recipientes foram tratados ou eliminados.

A SMS também realiza ações educativas e de mobilização social para orientar a população sobre as medidas para a prevenção de arboviroses urbanas, visando despertar a responsabilidade sanitária individual e coletiva. Quando necessário, a população pode fazer pedidos de vistoria ou denunciar possíveis focos do mosquito pela Central 1746.

TRANSPORTE

Rato dentro de vagão feminino provoca gritaria no metrô do Rio

ADRIANA VICTORINO/AE

Um rato provocou correria, gritos e muitas risadas em um vagão feminino do MetrôRio e o momento viralizou nas redes sociais ontem. O vídeo foi compartilhado pela usuária Katia Aparecida no TikTok e mostra as passageiras tentando se afastar do animal dentro do trem.

Nas imagens, algumas mulheres aparecem subindo nos bancos enquanto outras gritam e riem ao mesmo tempo diante do susto. Em um dos trechos, uma passageira diz: "O pobre não tem um dia de paz". O vídeo alcançou 1 mi-

lhão de visualizações na rede social

O vídeo também registra o momento em que uma mulher esbarra em outra durante a correria e pede desculpas em meio às risadas.

Em nota, o MetrôRio informou que realiza regularmente serviços de desratização e controle de pragas em todo o sistema metroviário. Segundo a concessionária, a limpeza é feita diariamente, em diferentes períodos.

A empresa afirmou ainda que, no caso mostrado nas redes sociais, suas equipes não foram acionadas pelos passageiros.

Nota

ANVISA LIBERA REGISTRO DE REMÉDIOS PARA TRATAR PSORÍASE E ASMA

A Anvisa publicou ontem o registro de dois medicamentos: um para tratamento de doenças inflamatórias crônicas e autoimunes, e outro para asma e rinosinusite crônica com pólipos nasais grave. O primeiro medicamento indicado é Yesintek (Ustequinumabe), apresentado como solução injetável pronta para administração subcutânea e para infusão intravenosa. O remédio é indicado para tratar psoríase, artrite psoriásica, doença de Crohn e colite ulcerativa. Segundo a Anvisa, o produto foi avaliado pela via de desenvolvimento por comparabilidade, tendo sido comparado ao medicamento Stelara. "Yesintek é biossimilar, ou seja, demonstra semelhança em termos de qualidade, segurança e eficácia em relação a um produto biológico de referência previamente registrado na Anvisa", disse a agência reguladora. A agência disse ainda que o medicamento aprovado é uma nova alternativa terapêutica para pacientes adultos e crianças acima de 6 anos com psoríase em placa de grau moderado a grave.

ESPECIAL

Menos de um quarto dos CEOs recomendaria o próprio RH, e pressão por resultado amplia distância nas empresas

POR REDAÇÃO

A relação entre presidentes de empresas e áreas de Recursos Humanos entrou em um novo ciclo de cobrança em 2026. Pesquisa da Flash em parceria com a FIA Business School mostrou que menos de um quarto dos CEOs brasileiros recomendaria o RH de suas empresas para outras organizações, enquanto 31% se declararam detratores da área. O resultado expôs um desalinhamento entre a estratégia das companhias e a percepção da alta liderança sobre a atuação dos departamentos responsáveis pela gestão de pessoas.

O levantamento ganhou espaço no debate corporativo em um momento em que empresas pressionadas por custos, adoção de inteligência artificial e mudanças no mercado de trabalho passaram a exigir respostas mais rápidas das equipes de RH. Dados da 29ª CEO Survey, da PwC, mostram que 38% dos CEOs brasileiros apontam a instabilidade macroeconômica como principal ameaça aos negócios, enquanto 37% afirmaram já ter registrado aumento de receita ligado ao uso de inteligência artificial nos últimos 12 meses.

Nesse cenário, especialistas avaliam que a área de Recursos Humanos deixou de ser vista apenas como responsável por recrutamento e clima organizacional e passou a ser cobrada por impacto direto nos resultados financeiros e operacionais das empresas.

Para Marco Castro, presidente da PwC Brasil, o ambiente corporativo atual exige integração maior entre estratégia e gestão de pessoas. Em entrevista publicada pela Exame, o executivo afirmou que os líderes enfrentam riscos estruturais e precisam equilibrar desafios imediatos com visão de longo prazo.

A pressão também aparece em estudos da EY. Pesquisa divulgada em abril aponta

que 86% dos CEOs brasileiros esperam impactos significativos ou transformadores da inteligência artificial em seus modelos de negócio nos próximos dois anos. Além disso, 98% das empresas afirmam já ter iniciado ou planejado processos de transformação corporativa para os próximos 12 meses.

RH estratégico entra no centro da cobrança corporativa

A avaliação negativa de parte dos CEOs ocorre ao mesmo tempo em que empresas relatam dificuldade para contratar e reter profissionais. Levantamentos de mercado indicam que o RH ainda enfrenta desafios para conectar indicadores de desempenho, desenvolvimento de lideranças e planejamento estratégico.

Em análise publicada após a divulgação da pesquisa, especialistas em gestão apontaram que muitos CEOs enxergam os departamentos de RH como áreas excessivamente operacionais e distantes das decisões de negócio.

O movimento também coincide com mudanças no perfil das equipes. Segundo levantamento publicado pela revista 'Você RH', um terço das empresas brasileiras pretende ampliar suas áreas de suporte operacional em 2026, enquanto 41% dos gestores de contratação afirmam que devem oferecer salários maiores para profissionais com domínio de dados e inteligência artificial.

Na avaliação de especialistas, o avanço tecnológico acelerou a necessidade de um RH mais analítico e orientado a resultados. A expectativa das empresas é que a área tenha participação maior em produtividade, retenção de talentos e adaptação cultural das equipes diante da digitalização.

Discussões sobre liderança também aparecem entre trabalhadores. De acordo com a pesquisa Work Relationship Index 2025, da HP, apenas 20% dos trabalhadores entrevistados no estudo, afirmam ter uma relação saudável com o trabalho. Além disso, a liderança aparece como um dos pontos mais críticos nessa relação.

Apesar das críticas, especialistas afirmam que a responsabilidade pelo distanciamento entre CEOs e RH não recai apenas sobre os departamentos de pessoas. A avaliação é de que muitas empresas ainda mantêm estruturas em que a área participa pouco das decisões estratégicas, limitando sua atuação a funções administrativas.

Com empresas mais pressionadas por produtividade, transformação digital e retenção de profissionais, a tendência é que a relação entre CEOs e Recursos Humanos continue no centro das discussões corporativas ao longo de 2026.

PEXELS



REPORTAGEM

STF revoga decisão que tirou do ar matéria sobre Deltan Dallagnol

RAISA TOLEDO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino derrubou decisão da Justiça Eleitoral do Paraná que havia determinado a retirada do ar de uma reportagem sobre a inelegibilidade do ex-procurador da Lava Jato Deltan Dallagnol. A medida também proibia novas publicações sobre o tema e previa multa ao veículo que veiculou a notícia.

"A determinação de retirada de conteúdo jornalístico, sem a devida demonstração de sua manifesta ilicitude, configura medida de natureza excepcional, que pode implicar censura prévia, vedada pela Constituição Federal", escreveu o ministro na decisão.

Ele entendeu que o conteúdo não continha "criação autônoma de fato inverídico ou imputação dissociada do conteúdo efetivamente decidido pela Corte Eleitoral".

Dino suspendeu a multa e liberou a circulação da reportagem, mas rejeitou a tese de que o Novo, partido de Dallagnol, está cometendo assédio judicial ao mover múltiplas ações contra jornalistas que abordaram sua inelegibilidade. Segundo o ministro, "a mera pluralidade de ações judiciais, por si só, não se mostra suficiente para a configuração do denominado assédio judicial".

A ação que levou à suspen-

são da reportagem foi movida pelo Novo sob o argumento de que a publicação configurava propaganda eleitoral negativa antecipada. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) acolheu o pedido e ordenou a remoção do conteúdo.

Eleito deputado federal em 2022, Dallagnol teve a candidatura cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em maio de 2023. A Corte Eleitoral entendeu que ele pediu exoneração do cargo do Ministério Público Federal (MPF) com antecedência para burlar as regras de inelegibilidade e evitar que procedimentos administrativos abertos contra ele avançassem no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Pela Lei da Ficha Limpa, magistrados e membros do Ministério Público não podem lançar candidatura se tiverem processos disciplinares pendentes ao pedirem exoneração ou aposentadoria voluntária.

Ao jornal Folha de S. Paulo, Deltan Dallagnol afirmou ontem, que "o trânsito em julgado do registro de candidatura de 2022 não produz automaticamente inelegibilidade para 2026" e que o TSE emitiu apenas "certidão explicativa do registro de candidatura de 2022", sem ter proferido decisão em que o declarasse inelegível. Deltan Dallagnol se apresenta como pré-candidato ao Senado pelo Paraná.

ELEIÇÕES

Operação da PF contra Ciro Nogueira pode impactar alianças do PP

VICTOR OHANA, NAOMI MATSUI E ISADORA DUARTE/AE

Parlamentares veem a bancada do PP no Congresso Nacional sob constrangimento após a operação da Polícia Federal que mirou no presidente nacional do partido, Ciro Nogueira (PP-PI), no curso das investigações sobre o Banco Master. Relevante figura do Centrão, Nogueira foi ministro do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e se tornou o primeiro congressista a ser oficialmente alvo das apurações.

Para parlamentares ouvidos pelo Grupo Estado, a operação pode impactar as articulações do partido para as eleições deste ano. Em 7 de maio, a PF cumpriu mandado de busca e apreensão contra o senador. A PF encontrou no telefone celular do banqueiro Daniel Vorcaro diálogos com o senador e ordens do empresário para pagamento a uma pessoa de nome "Ciro".

A defesa do presidente do PP diz que ele "não teve qualquer participação em atividades ilícitas e nos fatos investigados" e que as medidas investigativas contra ele "podem se mostrar precipitadas e merecem a devida reflexão e controle severo de legalidade". Ontem, o escritório de Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay) deixou o caso do senador.

Segundo avaliações de quadros de centro e de direita no Congresso ouvidos pela reportagem, a operação não deve prejudicar a bancada internamente no Congresso, mas pode ter reflexos na disputa eleitoral, num momento em que os partidos estão negociando parcerias pelos estados.

De acordo com essas análises, o impacto da operação inibe a atuação dos dirigentes partidários locais e diminui o valor político e eleitoral da legenda, o que pode aumentar o custo do prejuízo de ter o PP

nos palanques.

Parlamentares também avaliam que a operação coloca uma nuvem de incertezas sobre quem será alcançado nas investigações. Um líder de centro diz avaliar que Vorcaro parece ter atuado de forma cirúrgica com Nogueira e descarta um envolvimento generalizado do Congresso. Para outra liderança, apesar de não se poder falar que todos os parlamentares compactuam com a conduta, há uma expectativa de que a investigação alcance quadros de diferentes alas ideológicas, da base governista à oposição.

Parte da bancada do PP se preserva em silêncio. Na semana passada, a líder do PP no Senado, Tereza Cristina (MS), defendeu a continuidade das investigações. Perguntada se a operação contra Ciro pode impactar as eleições presidenciais e uma eventual aliança com Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Tereza Cristina adotou a cautela e fez um gesto de não saber.

Nem o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), nem parlamentares do centro vieram a público se manifestar sobre o caso. Sob reserva, alguns senadores afirmam que a "bola está com as investigações" e cabe à Casa esperar o que será revelado para, só então, cogitar algum movimento sobre Nogueira.

Pesa a favor do presidente do PP a boa interlocução com os colegas do Senado, tanto do Centrão como da oposição, além de contar com diálogo aberto com o PT - apesar das críticas ao partido.

MEDO DE ESCÂNDALOS

Nos bastidores, o medo de escândalos motivou a saída de parlamentares do partido. Um deputado de alto clero relatou antes de deixar a legenda que "todo dia você acorda com medo de ter o Ciro e o partido com escândalo estampado nos jornais".

ABSOLVIÇÃO GARANTIDA

Nunes Marques relatará ação de Bolsonaro para anular pena

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Nunes Marques (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), foi escolhido ontem para relatar o pedido de revisão criminal no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro pretende anular a condenação a 27 anos e três meses de prisão no processo da trama golpista. O sorteio foi feito de forma eletrônica.

Conforme determina o regimento interno do Supremo, a revisão criminal foi enviada para a Segunda Turma da Corte.

Além de Nunes Marques, o colegiado é composto por André Mendonça, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luiz Fux.

No ano passado, Bolsonaro foi condenado pela Primeira Turma, formada pelos ministros

Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. A data do julgamento ainda não foi definida.

RECURSO

De acordo com os advogados, a condenação do ex-presidente deve ser revista porque houve "erro judiciário". No recurso, a defesa contestou a tramitação do processo que condenou Bolsonaro. Para os advogados, por estar na condição de ex-presidente, Bolsonaro deveria ter sido julgado pelo plenário da Corte, e não pela Primeira Turma.

Os advogados também afirmaram que a delação do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro Mauro Cid, não foi voluntária e deve ser anulada. A falta de acesso integral às provas da investigação também é suscitada.

**EDUCAÇÃO**

Lula veta lei que reconhece estágio como experiência profissional

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o projeto de lei que reconhece o estágio feito pelo estudante como experiência profissional. De acordo com o despacho, publicado ontem no Diário Oficial da União, o texto desconsidera o caráter pedagógico complementar à formação educacio-

nal do estágio e compromete critério de seleção de concursos públicos.

A proposta foi aprovada em abril pelo Congresso Nacional e determinava ao Poder Público a responsabilidade de regulamentar as hipóteses em que o período de experiência profissional de estágio valerá para provas de concursos públicos.

Para a Presidência, a propo-

sição legislativa é inconstitucional, porque a previsão de regulamentação genericamente atribuída ao Poder Público promove a centralização de competência exclusivamente no presidente da República, em violação à autonomia dos entes federativos e à independência dos Poderes.

O veto foi baseado em manifestações dos ministérios

da Educação, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da Advocacia-Geral da União.

Ao apresentar a proposta, o autor, deputado Flávio Nogueira (PT-PI), argumentou que a falta de experiência profissional é uma das dificuldades daqueles que estão em busca do primeiro emprego e que o projeto visa a preencher essa lacuna.

GOLPISTA

Débora do Batom recorre para ser beneficiada pela Lei da Dosimetria

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, conhecida como Débora do Batom, apresentou ontem um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ser beneficiada pela Lei da Dosimetria.

A lei foi promulgada na última sexta-feira e permite a redução das penas dos réus que foram condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, entre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Os advogados de Débora contestam a decisão individual do ministro Alexandre de Moraes, que, no último sábado, suspendeu a aplicação da lei. A decisão foi proferida nas execuções penais de acusados que já cumprem pena pelos atos golpistas.

Antes da decisão, a promulgação da norma foi questionada em ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) protocoladas pelas federações PSOL-Rede, PT, PCdoB e PV, além da Associação Brasileira de Imprensa

(ABI). Os processos ainda não foram julgados.

No recurso, a defesa da cabeleireira diz que a aplicação da lei não poderia ser suspensa pelo ministro antes do julgamento das ações.

"A mera existência de ação direta de inconstitucionalidade pendente de julgamento não possui efeito suspensivo automático sobre lei federal regularmente promulgada. Enquanto não houver pronunciamento cautelar suspendendo a eficácia

da norma, subsiste sua plena vigência e obrigatoriedade", alegou a defesa.

Débora foi condenada a 14 anos de prisão por participar dos atos e pichar a frase "Perdeu, mané" na estátua A Justiça, localizada em frente ao edifício-sede do Supremo, com um batom. Atualmente, ela cumpre prisão domiciliar por ter filhos menores de idade.

Segundo os advogados, ela já cumpriu três anos de prisão e pode progredir para o semiaberto.

EX-PRESIDENTE DO CHILE

Lula recebe Michelle Bachelet e reafirma apoio para ela chefiar ONU

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu ontem, no Palácio do Planalto, a ex-presidente do Chile Michelle Bachelet que disputa o cargo de secretária-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o mais alto do colegiado internacional de países. A ONU jamais foi chefiada por uma mulher.

"Sua experiência como chefe de Estado e profunda conhecedora da ONU a credencia a ser a primeira mulher latino-americana a liderar a organização", destacou Lula em uma postagem nas redes sociais.

O presidente disse que, no encontro, ambos discutiram o cenário global e a necessidade de reformulação da ONU e fortalecimento do multilateralismo.

Atualmente, o português Antó-

nio Guterres comanda as Nações Unidas. Ele foi reeleito em 2021 para um segundo mandato de cinco anos (2022-2026), após iniciar a gestão em janeiro de 2017.

O próximo secretário-geral assumirá o cargo em 1º de janeiro de 2027, mas as articulações diplomáticas já estão em andamento.

A candidatura de Bachelet foi apresentada no início de fevereiro pelos governos do Chile, do Brasil e do México. No fim de março, porém, após a troca de

comando na presidência do Chile, com a chegada do conservador José Antonio Kast, o país sul-americano retirou o apoio. Brasil e México seguem apostando na líder chilena.

Pelo princípio da rotatividade da representação na ONU, países latino-americanos entendem que o próximo chefe da entidade tem que ser oriundo da América Latina e Caribe.

O secretário-geral da ONU é responsável por representar o organismo internacional nas reu-

niões com líderes mundiais, presidir o Conselho de Coordenação dos Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas e atuar em defesa da paz mundial e para evitar o agravamento de disputas e conflitos entre os países.

PERFIL

Michelle Bachelet tem 74 anos e foi presidente do Chile por dois mandatos. O primeiro de 2006 a 2010 e depois de 2014 a 2018.

Antes de governar o país, ela foi ministra da Defesa e da Saúde do seu país. A chilena tem trajetória política no campo da centro-esquerda e foi uma importante líder contra a ditadura no Chile, entre 1973 e 1990.

No cenário internacional, Bachelet foi chefe do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos e liderou a ONU Mulheres.



STF

PGR pede a condenação de Eduardo por 'coação'

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pelo crime de coação no curso do processo.

O pedido faz parte das alegações finais enviadas ao Supremo pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Em novembro do ano passado, o STF aceitou denúncia da PGR no inquérito que apurou a atuação do ex-parlamentar junto ao governo dos Estados Uni-

dos para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte.

Nas alegações, Gonet disse que Eduardo apresentou condutas criminosas ao realizar postagens nas redes sociais e conceder entrevistas à imprensa com objetivo de ameaçar a obtenção de sanções estrangeiras contra ministros da Corte e o país para "livrar" Jair Bolsonaro da condenação no processo da trama golpista.

"Comprovou-se que o réu deliberadamente se utilizou de graves ameaças contra as auto-

ridades responsáveis pelo julgamento da AP 2.668, algumas concretizadas, a fim de favorecer o interesse de seu pai, livrando-o de qualquer responsabilização criminal", afirmou o procurador.

A acusação da PGR também ressaltou que as ameaças do ex-deputado foram concretizadas e trouxeram prejuízos para o Brasil.

"A estratégia criminosa culminou em prejuízos concretos a diversos setores produtivos onerados pelas sobretarifas norte-americanas, alcançando, em última instância, trabalhadores vinculados a essas ca-

deias econômicas, completamente alheios aos processos penais atacados", completou Gonet.

Desde o ano passado, Eduardo está nos Estados Unidos. Ele perdeu o mandato de parlamentar por faltar às sessões da Câmara dos Deputados.

DEFESA

Durante a tramitação do processo, Eduardo Bolsonaro não constituiu advogado e foi defendido pela Defensoria Pública da União (DPU). O órgão alegou que as declarações do ex-deputado estão acobertadas pela imunidade parlamentar.

DOENÇA

Minas Gerais confirma primeira morte por hantavírus em 2026

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A Secretaria de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) confirmou a primeira morte por hantavírus no estado este ano. O caso, notificado em fevereiro e confirmado pela Fundação Ezequiel Dias, não tem relação com o surto da doença registrado em um navio de cruzeiro que navegava no Oceano Atlântico.

Em nota, a pasta informou que o paciente, um homem de 46 anos, era residente de Carmo do Paranaíba, no Alto Paranaíba, e apresentava histórico de contato com roedores silvestres em área de lavoura. A secretaria reforçou que a cepa de hantavírus identificada no Brasil não é transmitida de pessoa para pessoa.

"Trata-se de um caso isolado, sem relação com outros registros da doença".

No comunicado, a secretaria destacou ainda que um segundo registro de hantavírus atribuído ao estado não foi confirmado e que já solicitou ao Ministério da Saúde a correção da informação nos sistemas oficiais.

Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) indicam que Minas Gerais contabilizou quatro casos confirmados de hantavírose em 2025, com dois óbitos. Já em 2024, foram sete casos confirmados, com quatro óbitos.

ENTENDA

A secretaria destacou que a hantavírose é uma zoonose viral aguda que, no Brasil, se manifesta principalmente na forma da Síndrome Cardio-pulmonar por Hantavírus. A transmissão para humanos acontece, na maioria das vezes, pela inalação de partículas presentes na urina, nas fezes e na saliva de roedores sil-

vestres infectados.

"As infecções ocorrem principalmente em áreas rurais, geralmente associadas a atividades ocupacionais ligadas à agricultura e ao contato com ambientes infestados por roedores."

Os sintomas iniciais incluem febre, dores no corpo, cefaleia, dor lombar e dor abdominal. Em casos mais graves, a doença pode evoluir para dificuldade respiratória, tosse seca, aceleração dos batimentos cardíacos e queda da pressão arterial.

Não há tratamento específico para a hantavírose. O atendimento é baseado em medidas de suporte clínico, conforme avaliação médica.

PREVENÇÃO

A secretaria reforçou ainda a importância de medidas de prevenção, sobretudo em áreas rurais. Entre as principais orientações estão:

- manter alimentos armazenados em recipientes fechados e protegidos de roedores;
- dar destino adequado ao lixo e entulhos; manter terrenos limpos e roçados ao redor das residências;
- não deixar ração animal exposta; retirar diariamente restos de alimentos de animais domésticos;
- evitar plantações muito próximas das casas, mantendo distância mínima de 40 metros.

Outra recomendação é ventilar o ambiente antes de entrar em locais fechados, como paióis, galpões, armazéns e depósitos.

"Antes da limpeza desses espaços, a orientação é umedecer o chão com água e sabão, evitando varrer a seco, para reduzir o risco de suspensão de partículas no ar", concluiu a pasta.

PESTICIDAS

Governo vai monitorar presença de agrotóxico em bacias hidrográficas

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O governo federal lançou ontem um painel de monitoramento de agrotóxicos nos recursos hídricos, com dados coletados nas diversas bacias hidrográficas do país, para identificar e mostrar o grau de presença desses pesticidas na vida aquática.

Entre outras informações, o painel mostra a quantidade de pontos de monitoramento distribuídos em todos os estados brasileiros, o número de agrotóxicos rastreados, percentuais de detecção e outros detalhes.

Segundo o governo federal, o objetivo é ampliar a transparência e o acesso à informação, fortalecer o debate e auxiliar na construção de políticas públicas, além de identificar riscos e orientar ações preventivas.

Durante o lançamento, o ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco (foto) destacou que os agrotóxicos representam um dos grandes desafios ambientais e sanitários do mundo, impactando organismos aquáticos, polinizadores, o solo e os seres humanos, especialmente quando há uso inadequado, excesso de aplicação ou persistência ambiental das substâncias.

"Esse é um tema que nós temos que trabalhar com muita responsabilidade, por que o Brasil é uma potência agrícola global, mas sabemos que, no século XXI, a competitividade e sustentabilidade não podem mais caminhar separadas. Produzir alimentos exige também proteger as águas, bioinsumos, os territórios e a saúde humana", afirmou.

PRONARA

A ferramenta foi desenvolvi-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

da no âmbito do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), tendo como base o monitoramento realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

"Após mais de uma década de mobilização de pesquisadores, movimentos sociais, órgãos e setores comprometidos com a transição ecológica da agricultura, o Pronara recoloca o Brasil em uma trajetória estratégica para redução de risco e fortalecimento da agroecologia que deixou de ser uma coisa de bicho grilo e passou a ser uma coisa amplamente comprovada de sucesso e de bons resultados e promoção de sistemas produtivos mais sustentáveis", defendeu.

Capobianco disse ainda que a ferramenta está em uma fase

inicial. Atualmente, 49 tipos de agrotóxicos são monitorados, mas esse número deve crescer.

O ministro afirmou que a ferramenta também traz informações sobre a representatividade agrícola, o uso predominante da terra e a vulnerabilidade ambiental das bacias hidrográficas monitoradas.

"É importante destacar que estamos diante de iniciativa ainda em fase inicial de consolidação. O painel representa um primeiro esforço estrutural do governo federal para entregar e dar transparência aos dados nacionais de monitoramento ambiental de agrotóxicos, sua importância crescerá progressivamente à medida que ampliarmos a cobertura territorial", disse.

Os dados iniciais do painel mostram que foram realizadas mais de 10 mil análises de agro-

tóxicos, com uma frequência de detecção de 7,2%. O S-Metolaclo foi o agrotóxico que mais apareceu, tendo sido observado em 69,48%.

O ministro frisou ainda que antes do painel, o cenário era de fragmentação de informações a respeito do monitoramento de agrotóxicos e que isso dificultava a tomada de decisão por parte de gestores e agentes públicos.

"Os dados existiam, mas estavam dispersos, dificultando a análise integrada e a formulação de políticas públicas consistentes", lembrou.

"Estamos agora oferecendo à sociedade brasileira uma plataforma pública de transparência e inteligência ambiental que permitirá acompanhar tendências, identificar riscos, orientar ações preventivas e corretivas", ressaltou.

BACTÉRIA

Padilha, sobre críticas a fiscalização na Ypê: Anvisa não tem lado

GABRIEL DE SOUSA/AE

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, rebateu ontem, críticas de bolsonaristas sobre a fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a marca de produtos de limpeza Ypê. Opositores do governo condicionam a decisão da agência em suspender a venda de um lote de detergentes ao fato de a família que controla a fábrica da empresa ter feito doações para o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na eleição de 2022. "A Anvisa não tem lado partidário, o único lado que a Anvisa tem é o da saúde das famílias brasileiras", afirmou Padilha.

O ministro da Saúde também criticou vídeos de influenciadores bolsonaristas que aparecem bebendo detergente para ironizar o apontamento de risco de contaminação microbiológica nos lotes da Ypê, conforme foi apontado pela Anvisa. Segundo Padilha, a agência está estudando ações jurídicas para combater as gravações.

"Extrema direita é responsável por tudo o que aconteceu durante a pandemia da Covid-19, uma parte da extrema direita que está tendo uma atitude irresponsável agora por conta de uma decisão inicial da Anvisa em relação à circulação de um detergente, fazendo vídeo irresponsável, bebendo detergente. Acho que eles esquecem que crianças assistem a esses vídeos", afir-

mou Padilha

O ministro da Saúde também disse que vigilantes municipais de Amparo (SP), do governo do Estado de São Paulo e da Anvisa identificaram que a fábrica que produz os detergentes não fez correções previamente apontadas. Por isso, a suspensão da venda dos lotes foi uma medida de precaução.

"Vigilantes identificaram na última visita que fizeram neste ano que várias correções que haviam sido determinadas não foram feitas e que, por isso, recomendaram, por precaução, como tem que ser feito na área da saúde e, por precaução, decidiram pela suspensão da circulação desses produtos", disse o ministro da Saúde.

HANTAVÍRUS

O ministro da Saúde também afastou a possibilidade de haver uma pandemia de hantavírus no Brasil, após o surto que ocorreu no cruzeiro MV Hondius, que deixou três mortos. Segundo Padilha, os sete casos que ocorreram no Brasil neste ano não possuem ligação com o navio. Além disso, ele declarou que o sistema de saúde tem conhecimento do vírus, diferentemente do contexto da origem da covid-19.

"Aqui no Brasil, nós temos uma série histórica que varia com dezenas de casos todos os anos, em torno de 30, 35, 40 casos. No último período, em torno de 38 casos nos últimos anos.

SAÚDE

Governo lança editais para conectar até 3,8 mil UBS e atingir cerca de 2,5 milhões

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Os ministros das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho, e da Saúde, Alexandre Padilha, lançaram ontem dois editais para ampliar o acesso à internet e fortalecer serviços públicos em regiões consideradas mais vulneráveis.

A proposta é conectar até 3,8 mil unidades básicas de saúde (UBS) e beneficiar cerca de 2,5 milhões de pessoas que ainda enfrentam dificuldades de acesso à conectividade de qualidade. Os recursos são do Fundo de Universalização dos Serviços e Telecomunicações (Fust).

TELESSAÚDE

Em nota, o Ministério das Comunicações detalhou que um dos editais, com investimento de R\$ 104 milhões, prevê a conexão de até 3,8 mil UBS em todo o Brasil, ampliando a oferta de telessaúde no Sistema Único de Saúde (SUS), sobretudo em localidades com menor acesso a especialistas e serviços médicos.

"A ação integra os esforços do programa Agora Tem Especialistas, criado para agilizar diagnósticos, reduzir filas e acelerar atendimentos especializados na rede pública. Com a telessaúde, o Ministério da Saúde estima a redução de até 30% no tempo de

espera por consultas, exames e cirurgias", destacou a pasta.

De acordo com o comunicado, a iniciativa deve permitir ainda que profissionais da saúde tenham acesso a ferramentas digitais, teleconsultas e troca de informações em tempo real, ampliando a eficiência do atendimento médico em áreas afastadas dos grandes centros.

"O foco do projeto são as UBS que ainda não possuem acesso à internet, utilizando a tecnologia como ferramenta para reduzir desigualdades regionais. Com banda larga e Wi-Fi nas unidades, será possível melhorar a gestão de medicamentos, facilitar

o agendamento de consultas e ampliar o acesso a exames diagnósticos a distância."

A orientação é que empresas e provedores interessados apresentem propostas que incluam não apenas a conexão, por fibra óptica ou satélite, mas também a instalação de redes Wi-Fi internas nas unidades de saúde.

CONECTIVIDADE

Já o segundo edital, com investimento de R\$ 500 milhões, é voltado ao programa Acesso Crédito Telecom. O objetivo expandir a infraestrutura de internet em municípios remotos e de pequeno porte.

PRESSÃO POR RENÚNCIA

Starmer promete aproximar Reino Unido da União Europeia

O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, prometeu ontem provar que os "céticos" dentro do seu próprio partido e no eleitorado em geral estão errados, enquanto tenta conter as pressões para deixar o cargo após resultados devastadores para o Partido Trabalhista nas eleições locais.

Starmer afirmou que vai "encarar de frente os grandes desafios" e restaurar a "esperança" no país. Isso inclui se aproximar da União Europeia e "colocar o Reino Unido no coração da Europa", uma década depois de o país ter votado pela saída do bloco.

"Eu sei que tenho meus céti- cos e sei que preciso provar que eles estão errados, e eu vou provar", disse Starmer durante um discurso em Londres. Ele prometeu mostrar a milhões de pessoas "cansadas de um status quo que falhou com elas" que o governo está ao seu lado.

Ele disse que o Partido Trabalhista está em "uma batalha pela alma da nossa nação" e que o Reino Unido seguirá por "um caminho sombrio" se o Reform UK - partido anti-imigração liderado por Nigel Farage - chegar ao poder.

Starmer é alertado de que esta pode ser sua última chance.

A posição de Starmer, contudo, é frágil, com dezenas de parlamentares pedindo que ele anuncie uma data para sua saída.

A vice-primeira-ministra Angela Rayner, uma parlamentar influente frequentemente vista como possível desafiante, disse que "o que estamos fazendo não está funcionando, e precisa mudar".

Rayner não pediu explicitamente que Starmer renuncie, mas o acusou de presidir "uma cultura tóxica de favorecimento a aliados" e afirmou que o governo precisa "permanecer fiel aos valores trabalhistas e social-democratas" e aliviar o custo de vida para os trabalhadores.

"Esta pode ser nossa última chance", disse Rayner em comunicado no domingo.

O Partido Trabalhista mergulhou em desalento após fortes perdas na semana passada em eleições locais em toda a Inglaterra e em votações legislativas na Escócia e no País de Gales. Os resultados foram interpretados como um referendo informal sobre Starmer, cuja popularidade despencou desde que chegou ao poder com uma vitória esmagadora, há menos de dois anos. Seu governo tem tido dificuldades para entregar o crescimento econômico prometido, recuperar serviços públicos deteriorados e reduzir o

custo de vida. Além disso, foi prejudicado por erros sucessivos e recuos em políticas públicas, inclusive na reforma do bem-estar social. Starmer também foi afetado pela decisão de nomear Peter Mandelson - amigo de Jeffrey Epstein e marcado por escândalos - como embaixador do Reino Unido em Washington.

As eleições da semana passada mostraram o Trabalho pressionado tanto pela direita quanto pela esquerda, perdendo votos para o Reform UK e para o Partido Verde, descrito como "eco-populista". A situação reflete a fragmentação crescente da política britânica, por muito tempo dominada por Trabalhistas e Conservadores.

Starmer espera recuperar impulso com o discurso desta segunda-feira e com um conjunto ambicioso de propostas legislativas a ser apresentado na quarta-feira pelo rei Charles III, na abertura oficial do Parlamento.

Ele disse a uma plateia de parlamentares e ativistas do partido que o governo assumirá o controle da segurança energética, econômica e de defesa do Reino Unido e tornará o país mais justo

Uma política crucial é estreitar laços com a UE, que o Reino Unido deixou em 2020, quatro anos depois de o lado a favor da "saída" ter vencido por pequena margem um referendo sobre a permanência do país no bloco. O governo Starmer já tomou medidas para aliviar algumas restrições comerciais que têm onerado empresas britânicas desde o Brexit, e ele afirma que garantirá um acordo de mobilidade juvenil para que jovens possam passar alguns anos trabalhando pelo continente.

Starmer disse que o governo será "definido pela reconstrução da nossa relação com a Europa".

O Trabalho fez campanha pela permanência na UE durante o referendo de 2016, mas tem relutado em reabrir um debate que dividiu amargamente o país. Starmer descartou buscar o reingresso na UE ou aderir novamente à união aduaneira ou ao mercado único do bloco - medidas que fariam grande diferença para as empresas britânicas.

Nenhum dos políticos trabalhistas de alto perfil considerados potenciais desafiantes de Starmer - incluindo Rayner, o secretário de Saúde Wes Streeting e o prefeito da Grande Manchester Andy Burnham - pediu até agora que ele renuncie.

GUERRA

Irã diz que sua proposta de paz é 'legítima e generosa'

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei, afirmou ontem que a proposta de paz rejeitada pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, é "legítima e generosa". Acrescentou que as exigências dos EUA são irracionais e unilaterais.

"A nossa exigência é legítima: exigir o fim da guerra, a suspensão do bloqueio (dos EUA) e da pirataria e a libertação dos bens iranianos que foram injustamente congelados nos bancos devido à pressão dos EUA", disse o ministro.

O Irã também pede o fim dos ataques de Israel ao Líbano.

A manifestação da autoridade do Irã vem após o presidente Trump considerar "totalmente inaceitáveis" as exigências de Teerã. O líder norte-americano mostrou descontentamento em sua rede social no domingo passado, quando os iranianos responderam à proposta de paz feita por Washington.

O governo de Trump quer o fim do programa de enriquecimento de urânio do Irã e a abertura total do Estreito de Ormuz.

A ausência de um acordo de paz mantém o estado de insegurança no Oriente Médio. Ontem, drones hostis foram detectados sobre vários países do Golfo Pérsico.

Donald Trump diz que proposta do Irã não incluiu questão nuclear

THAIS PORSCH/AE

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou ontem, que o cessar-fogo com o Irã está "incrivelmente frágil" e "respirando por aparelhos", mas que acredita que é possível uma solução diplomática com Teerã.

Em coletiva sobre saúde maternal no Salão Oval, Trump voltou a dizer que proposta de paz do Irã é "inaceitável", explicando que, na carta que Teerã en-

viou por meio do Paquistão, o país persa não se comprometeu a não possuir armas nucleares. Ele acrescentou que Washington não está sob pressão e que terá "vitória completa".

O republicano reafirmou que os iranianos não podem ter uma arma nuclear, pois acabariam com "Israel, o Oriente Médio e depois a Europa". O mandatário, contudo, alegou que o Irã deixou os EUA ficarem com material nuclear, mas que teriam

que retirá-lo do país. "Irã não possui o equipamento necessário para remover pó nuclear; únicos países que podem fazer isso são os EUA e a China".

Ainda na coletiva, Trump pediu para os representantes de saúde presentes serem breves, pois iria se reunir com um grande grupo de generais para discutir a questão iraniana em seguida. Trump ainda citou que Irã é um país absolutamente encantador.

Perguntado sobre sua visita à

China no final da semana, o presidente respondeu: "Estamos fazendo negócios inteligentes com a China, estamos indo muito bem", voltando a comentar que tem uma ótima relação com Xi Jinping.

Segundo ele, o imposto federal sobre a gasolina será reduzido "enquanto for necessário" e alguns países continuarão comprando petróleo dos EUA, mesmo depois que o Estreito de Ormuz for reaberto.

Forças Armadas estão prontas para responder a agressões contra o Irã

LAÍS ADRIANA E PEDRO LIMA/AE

O presidente do Parlamento do Irã, Mohammad Bagher Ghalibaf, afirmou ontem, que as Forças Armadas iranianas estão prontas para responder a qualquer ação militar contra o país, em meio ao aumento das tensões com os Estados Unidos e ao impasse nas negociações diplomáticas entre Washington e Teerã.

Em publicação no X, Ghalibaf declarou que "nossas Forças Armadas estão prontas para dar uma resposta exemplar a qualquer agressão" e acrescentou que "estratégia errada e decisões erradas sempre terão resultados errados".

O parlamentar iraniano também afirmou que o país está preparado para todas as opções, advertindo que adversários "fi-

carão surpresos".

As declarações ocorrem após a Axios informar que o presidente dos EUA, Donald Trump, se reuniu ontem com sua equipe de segurança nacional para discutir os próximos passos da guerra com o Irã, incluindo uma possível retomada de ações militares, após as negociações entre os dois países terem chegado a um impasse no domingo.

Mais cedo, Trump afirmou que o cessar-fogo com o Irã está "incrivelmente frágil" e criticou a proposta apresentada por Teerã por não incluir compromissos relacionados ao programa nuclear iraniano. O republicano reiterou que o Irã não poderá possuir armas nucleares, mas sinalizou que ainda acredita em uma solução diplomática para a guerra.

Submarinos Ghadir estão no Estreito de Ormuz, diz agência do Irã

PEDRO LIMA/AE

A agência iraniana Tasnim informou ontem, que submarinos da classe Ghadir estão implantados no Estreito de Ormuz, em meio ao aumento das tensões na região do Golfo Pérsico. Em nota no Telegram, a agência descreveu o equipamento como

o "guardião invisível do Estreito de Ormuz".

Segundo a Tasnim, o submarino Ghadir foi desenvolvido especificamente para operar nas condições geográficas e marítimas do Golfo Pérsico e do estreito, considerado uma das principais rotas globais para o transporte de petróleo.

A agência destacou que o submarino possui capacidade de permanecer oculto no leito do mar, característica que dificultaria sua detecção por sistemas de radar quando posicionado no fundo do oceano. O modelo também conta com dois tubos de torpedo de longo alcance de 533 milímetros

e capacidade de lançamento de mísseis de cruzeiro antinavio a partir desses compartimentos.

De acordo com as especificações divulgadas, o submarino da classe Ghadir possui 29 metros de comprimento e deslocamento de 115 toneladas.

EUA

Câmara do Comércio: políticas da China ameaçam US\$ 650 bi

ISABELLA PUGLIESE
VELLANI/AE

Um relatório publicado pela Câmara de Comércio dos EUA e elaborado pela empresa de pesquisa Rhodium Group, divulgado ontem, aponta que as economias industriais avançadas enfrentam o "risco de erosão contínua" da competitividade na manufatura, principalmente em setores como o automotivo, o de máquinas e o químico, por conta da estratégia industrial da China.

De acordo com o documento, no total, até US\$ 650 bilhões - o equivalente a cerca de 12% das exportações manufaturadas do G7 - poderiam estar diretamente expostos aos ganhos de participação de mercado da China até 2030, se

continuarem no ritmo atual. O texto destaca que, com o tempo, isso pode desencadear efeitos mais amplos, incluindo queda nos investimentos, enfraquecimento dos ecossistemas de inovação e perda de capacidades industriais.

"As economias emergentes também enfrentam desafios, uma vez que a modernização contínua da China limita as oportunidades de ascender na cadeia de valor da manufatura. A crescente dependência das cadeias de suprimentos chinesas aumenta as vulnerabilidades estratégicas", detalha.

Segundo a Câmara, à medida que o controle da China sobre insumos e tecnologias essenciais se expande, também aumenta sua capacidade de usar essa vantagem como arma.

ATENTADO

Atirador preso após ataque em jantar com Trump se declara inocente

O homem acusado de tentar realizar um atentado a tiros durante um jantar da Associação dos Correspondentes da Casa Branca se declarou inocente das acusações de tentativa de homicídio contra o presidente dos EUA, Donald Trump (foto), e de ter disparado uma espingarda contra um agente do Serviço Secreto que tentou impedir o ataque.

Cole Tomas Allen estava almejado e vestindo um uniforme laranja de presidiário quando compareceu ao tribunal federal para sua audiência de instrução na manhã de ontem. Allen não falou durante a breve audiência. Um de seus advogados apresentou a declaração em seu nome.

Os advogados de Allen pediram ao juiz distrital Trevor

McFadden que impeça pelo menos dois altos funcionários do Departamento de Justiça de atuarem diretamente em seu processo, pois eles podem ser considerados vítimas ou testemunhas no caso, criando um potencial conflito de interesses.

McFadden não se pronunciou imediatamente sobre essa questão, mas pediu aos advogados de Allen que detalhassem o possível alcance de seu pedido de impedimento.

Um agente do Serviço Secreto foi atingido por um tiro enquanto usava colete à prova de balas durante o ataque de 25 de abril no Washington Hilton, que interrompeu e acabou levando ao encerramento antecipado de um dos eventos anuais de maior repercus-

são na capital do país. Allen, de 31 anos, de Torrance, Califórnia, ficou ferido, mas não foi atingido pelos disparos. Allen deverá retornar ao tribunal em 29 de junho.

Allen é apontado como um professor particular com alto nível de escolaridade e desenvolvedor amador de videogames.

Autoridades federais investigam um texto atribuído a ele que sugere motivação política e indignação com ações do governo. O bilhete indica ainda que integrantes do governo eram os principais alvos. "Funcionários do governo (excluindo Patel): são alvos, classificados por ordem de prioridade, do mais alto ao mais baixo", diz o texto, em aparente referência ao diretor do FBI, Kash Patel.

RICARDO STUCKERT

